



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

THIAGO SILVEIRA DE RESENDE

SAÚDE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESCOLAS
PÚBLICAS DE MINAS GERAIS (2009 – 2019): LIMITES E
POSSIBILIDADES

Uberlândia/MG
2021

THIAGO SILVEIRA DE RESENDE

SAÚDE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESCOLAS
PÚBLICAS DE MINAS GERAIS (2009 – 2019): LIMITES E
POSSIBILIDADES

Dissertação de Mestrado, apresentado à Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Programa de Mestrado Profissional em Educação da UNIUBE - Universidade de Uberaba como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Práticas Docentes para Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Cílon César Fagiani

Uberlândia/MG

2021

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Resende, Thiago Silveira de.

R311s Saúde dos professores da educação básica em escolas públicas de Minas Gerais (2009-2019): limites e possibilidades / Thiago Silveira de Resende. – Uberlândia-MG, 2021.
84 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Cílon César Fagiani.

1. Professores – Saúde. 2. Educação básica. 3. Escolas públicas. 4. Educação – Minas Gerais. I. Fagiani, Cílon César. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica. III. Título.

CDD 371.1

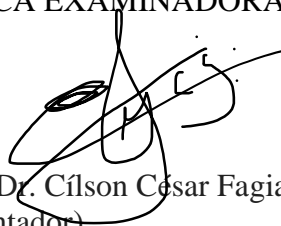
THIAGO SILVEIRA DE RESENDE

**SAÚDE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MINAS
GERAIS (2009-2019): LIMITES E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Educação da Universidade de
Uberaba, como requisito final para a
obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 02/02/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cílson César Fagiani
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Túlio Barbosa
Universidade Federal de Uberlândia -
UFU



Prof. Dr. Savio Gonçalves dos Santos
Universidade de Uberaba – UNIUBE

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho à Deus e também a todos que sempre torceram pela minha evolução”

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer toda minha família, mãe, pai, filha, irmã, sobrinhos, avós (in memoriam) pela paciência de minha ausência e pelo apoio em tudo que proponho a fazer, aos meus amigos que sempre deram forças para continuar lutando, aos queridos professores que fizeram parte de todo meu crescimento. Agradeço ao Professor Dr. Cílon, por toda sabedoria transmitida e por toda paciência nesta jornada, fico honrado por ter sido orientado por este grande profissional e ser humano.

RESUMO

As vivências em sala de aula e nos Ambulatórios de Saúde, fez emergir o seguinte questionamento: como são vistos a saúde dos professores em seus trabalhos e suas conseqüentes qualidades de vida. A perda da razão social do trabalho tem como ressonância a perda do sentido do trabalho para aqueles que o realizam. Expressam em forma de gestão pelo medo, nas práticas participativas forçadas, na imposição sutil de auto aceleração, na multifuncionalidade, dentre outros métodos voltados ao controle maximizado. Assim, buscamos avaliar a saúde destes docentes, esse estudo tem como objetivo principal investigar e analisar a saúde dos docentes na educação básica de escolas públicas do estado de Minas Gerais. A metodologia dessa pesquisa foi desenvolvida através da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, no período de dez anos (2009 e 2019). A coleta de dados foi realizada em periódicos com Qualis A1 e A2, também pesquisas no Censo Escolar e MEC/INEP sobre a temática pesquisada. Espera-se que a pesquisa contribua para com o docente em uma manutenção de sua saúde em forma preventiva e melhorar sua qualidade de vida. Em síntese como resultados desta pesquisa a ideia é elaborar e gravar palestras, oficinas, minicursos e/ou cartilhas de cuidados sobre orientações de métodos para promoção e manutenção da saúde, sendo uma nova visão para prática docente. Conclui-se que a definição de saúde é complexa, assim essas cartilhas poderiam ser um guia de orientação, principalmente para os professores de Minas Gerais, visto que o estado possui grande números de professores designados que são contratados para substituir na maioria dos casos licença saúde. E como profissional da saúde vejo que a orientação correta com relação a postura, uso da voz e os cuidados com a saúde mental possa ser um diferencial e assim fazer com que diminua os casos de afastamentos e também que seja uma ação de prevenção e melhora para saúde do professor.

Palavras-chave: Saúde dos Professores. Educação Básica. Escolas Públicas. Minas Gerais

ABSTRACT

The experiences in the classroom and in the Health Outpatient Centers, raised the following question: how are the health of teachers seen in their work and their consequent quality of life. The loss of the social reason for work resonates with the loss of the meaning of work for those who do it. They express in the form of management through fear, in forced participatory practices, in the subtle imposition of self-acceleration, in multifunctionality, among other methods aimed at maximized control. Thus, we seek to evaluate the health of these teachers, this study has as main objective to investigate and analyze the health of teachers in basic education in public schools in the state of Minas Gerais. The methodology of this research was developed through bibliographic research and documentary research, in the period of ten years (2009 - 2019). Data collection was carried out in journals with Qualis A1 and A2, as well as research in the School Census and MEC/INEP on the researched theme. It is expected that the research will contribute to the teacher in maintaining his health in a preventive way and improving his quality of life. In summary, as the results of this research, the idea is to elaborate and give lectures, workshops, short courses and / or care guides on methods guidelines for health promotion and maintenance, it will be a new vision for teaching practice. It is concluded that the definition of health is complex, so these booklets could be an orientation guide, especially for teachers in Minas Gerais, since the state has large numbers of designated teachers who are hired to replace in most cases health leave. And as a health professional, I see that the correct orientation regarding posture, voice use and mental health care can be a differential and thus reduce cases of absences and also be an action of prevention and improvement for teacher health.

Keywords: Health Teachers. Basic education. Public schools. Minas Gerais.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANE – Associação Nacional de Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DORT – Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho

EPS – Escolas Promotoras de Saúde

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais em Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LER – Lesão por Esforço Repetitivo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério de Educação e Cultura

OMS – Organização Mundial de Saúde

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNE – Plano Nacional de Educação

PSNM – Piso Salarial Nacional do Magistério

PEE – Planos Estaduais de Educação

PME – Planos Municipais de Educação

PEC – Proposta da Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PSE – Programa Saúde na Escola

PCCR – Planos de Cargos, Carreira e Remuneração

SPE – Saúde e Prevenção nas Escolas

SUS – Sistema Único de Saúde

SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

SB – Síndrome de Burnout

TMC – Transtornos Mentais Comuns

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

GRÁFICO 1 - Proporção dos professores da Educação Básica divididos por sexo no Brasil e Minas Gerais 2009	45
GRÁFICO 2 - Proporção dos professores da Educação Básica divididos por sexo no Brasil e Minas Gerais 2019	45
GRÁFICO 3 - Comparativo da proporção de professores licenciados Brasil - Minas Gerais 2009.....	46
GRÁFICO 4 - Números de professores licenciados em diferentes disciplinas em Minas Gerais 2019.....	47
GRÁFICO 4.1 - Números de professores licenciados em diferentes disciplinas no Brasil 2019.....	48
GRÁFICO 5 - Comparativo da proporção de professores da Educação Básica por quantidade de turmas em que lecionam.....	66
FIGURA 1 - Dores relacionadas ao excesso de trabalho dados de trabalho 2009	68
FIGURA 2 - Dores relacionadas ao excesso de trabalho dados de trabalho 2019	69
FIGURA 3 - Professores que apresentam rouquidão na voz dados de 2009.....	69
FIGURA 4 - Professores que apresentam rouquidão na voz dados de 2019.....	70
FIGURA 5 - Afastamento do trabalho por motivo de saúde 2009	71
FIGURA 6 - Afastamento do trabalho por motivo de saúde 2019.....	72

SUMÁRIO

1 MEMORIAL	12
2 INTRODUÇÃO.....	15
3 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR.....	33
3.1 Formação Continuada de Professores.....	33
3.2 Os princípios educacionais e o papel do professor.....	36
3.3 Fatores explícitos que afetam a saúde dos professores	43
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE DO PROFESSOR	50
4.1 Políticas Públicas na Educação Brasileira	51
4.2 A Política e alguns dos investimentos educacionais	53
4.3 A essência das Políticas Públicas na Educação e na Saúde.....	56
4.4 O movimento de promoção da saúde e o surgimento da concepção de escolas promotoras de saúde	59
5 PATOLOGIAS E O TRABALHO DO PROFESSOR.....	60
5.1 A construção de políticas públicas versus adoecimento mental nos professores brasileiros	61
5.2 Síndrome de Burnout, Ansiedade e Depressão	63
5.3 Fatores que afetam diretamente a saúde dos professores	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
7 REFERÊNCIAS	75
8 ANEXO	84

1 MEMORIAL

A incumbência de escrever sobre minha trajetória me pleiteou uma prática difícil recordar e rememorar, cujos movimentos discursivos me levaram a pensar sobre eu mesmo e sobre minha emocionalidade, em um espaço de percepção interna e externa de vivência. Redigido em plena maturidade, a memorial busca identificar uma etapa concreta de minha vida, o percurso pessoal e profissional, e para isso aponto, no decorrer da escrita, as situações que julguei as mais relevantes.

Meu nome é Thiago Silveira de Resende, nascido dia 27 de abril de 1982, na cidade de Araguari, Minas Gerais, filho de Wanderlei Alves de Resende e Lindalva Paiva Silveira de Resende, desse matrimônio vieram dois frutos minha irmã e eu. Meus pais sempre vieram de famílias muito humildes e com isso começaram a trabalhar muito jovens, minha mãe com a profissão de professora em Escolas Estaduais e meu pai encarregado das torres de transmissão da Cemig, com muita luta e honestidade permanentemente me criaram com exemplos de dedicação e responsabilidade, para com seus trabalhos e família. Minha infância foi uma época inesquecível da minha vida, gostava muito de jogar futebol e ajudar minha mãe em seus afazeres da escola (diários, provas) sempre fui muito feliz, com pais presentes, com boa saúde e condição de vida privilegiada.

Ainda, na minha infância não poderia deixar de abrir um destaque para meus adoráveis avós maternos, Valdemar José da Silveira (com seu apelido carinhoso Nenzinho) e Augusta Ribeiro da Silveira (com seu apelido Nena), eles sempre estiveram presentes em minha vida, do jardim até a faculdade, do namoro ao casamento e assim por diante. Fazendo um apêndice, em alguns detalhes fui casado há 12 anos, com Renata de Fátima Borges Resende, graduada pela Faculdade Presidente Antônio Carlos, UNIPAC (nomenclatura antiga), curso de Administração de Empresas, e dessa união tivemos uma bela flor com nome Manuela Borges de Resende, hoje com sete anos, e posso dizer que é a razão de minha existência.

Um pouco mais sobre minha história, aos seis anos de idade em 1988, meus pais me matricularam na Escola Jardim do Sonho, escola particular de ensino somente infantil, considerada na época uma das melhores escolas de Araguari. Vale ressaltar que todos os dias meu avô me levava para escola, me deixava seguro na sala com a querida professora Regina, nunca me esqueci dela, tão doce, carinhosa, maravilhosa e inesquecível professora um modelo de educadora, tão bem sabia aliar o afeto com o ensinar. Destaco aqui que meu avô ficava de olho em mim por algumas horas, não ia embora pra casa, ficava observando pela janela sentado

no banco do jardim, e isso me trazia tamanho bem estar, confesso que até me esquecia dele lá no decorrer da tarde. Conclui o pré escolar (nomenclatura antiga) muito sabido, com um ótimo alicerce para a alfabetização, foram meus primeiros passos para o mundo misterioso do saber acadêmico.

Faço um adendo no assunto, pois meu pai em sua profissão ficava a semana toda fora de casa e só estava presente nos finais de semana, ficávamos minha mãe, minha irmã e eu em nossa casa e logo ao lado moravam meus avós. Desde, muito pequeno sempre fui muito disciplinado com tudo que era de minha responsabilidade, em relação aos estudos principalmente. Então estudei na Escola supracitada somente o pré escolar (nomenclatura antiga), depois fui para Escola Estadual Joao Pedreiro, ficando lá por 4 anos, 1ª a 4ª série (nomenclatura antiga), como lembro até hoje de cada detalhe daquele lugar, amava correr pelos pátios, era amigo de todos que trabalhavam lá e levei muitas amizades construídas pela minha vida toda.

Em, 1993 comecei ginásio (nomenclatura antiga) e meus pais mudaram-me de escola, nesse momento fui para Escola Estadual Madre Maria Blandina, conhecido como Polivalente aqui em Araguari. Lá, minha mãe lecionava matemática e fui aluno dela por muitas vezes durante os anos que estudei lá, era um lugar muito especial, os professores eram muito legais, tinha tantos amigos e assim os anos foram passando. E cheguei ao colegial (nomenclatura antiga) fiz o PAES e já tinha em mente que queria uma área da saúde para atuar o resto de minha vida, pois sempre gostei me amenizar e até mesmo sanar o sofrimento das pessoas, fiz as provas e na minha nota faltou apenas dois pontos para o curso de Medicina.

Com passar de alguns meses, percebi que Fisioterapia era o curso que queria e assim, cheguei a tão sonhada Graduação no Centro Universitário do Triângulo (UNITRI), em Uberlândia, no ano de 2001, com 17 anos de idade, cursei período integral por cinco anos, saía cedo para ir de ônibus, voltava tarde ou até a noite, foram muitas noites e finais de semana estudando para conseguir concluir com dignidade e nobreza meu período de faculdade. Quando terminei já sabia que meus estudos não ficariam somente naqueles anos, por isso logo me matriculei para pós-graduação em Acupuntura, sou muito grato a Deus por ter direcionado minha vida, gosto demais das práticas alternativas na área da saúde, fiz a pós no período de dois anos, em um Instituto de Pós Graduação, chamado IPGU, me formei e logo fui convidado a fazer parte do corpo docente da instituição, aceitei e descobri meu lado ligado a educação, sala de aula e me apaixonei, estou há 15 anos também nessa missão de ensinar. Sempre trabalhei também em meu consultório que se situa em Araguari, trabalho com Acupuntura e outras técnicas alternativas, RPG, Quiropraxia.

No final de 2018 passei por um processo seletivo do Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE) em Uberlândia, fui aprovado e comecei a estudar no início de 2019, lá conheci tantas pessoas, professores, alunos, colaboradores, todos fazem parte de meu progresso.

Hoje, me sinto honrado em estar concluindo o Mestrado, quão sonhado, foi adiado por algumas vezes, por razões que não vem ao caso, mais enfim me sinto extremamente privilegiado por ter concluído mais um sonho.

2 INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa surgiu quando fui recebendo pacientes que são docentes na educação básica, em consultório com queixas de transtornos em relação à sua saúde, dores musculares e articulares, ansiedade, depressão, insônia, enxaquecas, refluxo e como consequência perda de sua qualidade de vida. Sou Graduado em Fisioterapia há 15 anos, especialista em Acupuntura, Docente de Pós Graduação na Área de Saúde. Exerço minha profissão clinicamente e didaticamente. Me sinto honrado por poder ajudar de alguma forma, estes docentes que infelizmente estão perdendo o respeito e o não reconhecimento de sua autoridade. De acordo com muitos educadores, a relação entre professor e aluno se encontra comprometida em razão de vários fatores, dentre eles a perda do respeito pelo professor, pois é notável a desvalorização por parte da sociedade e dos alunos.

Ser professor, além de ensinar, é saber viver, conviver, respeitar o próximo e aprender com ele. É um compromisso consigo mesmo. É na generosidade, poder disseminar conhecimento, é legado e também uma missão cotidiana. É uma tarefa bem difícil, mas prazerosa, pois ele precisa se dedicar, e muito, aos estudos, à pesquisa, ao seu desenvolvimento profissional e aos seus alunos. Como mediador da aprendizagem, participa ativamente do processo de aprender, incentivando a busca de novos saberes, sendo detentor de senso crítico, conhecendo profundamente o campo do saber que pretende ensinar, além de ser capaz de produzir novos conhecimentos, por meio da realidade que o cerca.

O professor é considerado pela sociedade, em muitos casos, como alguém que não conseguiu fazer outra coisa, porém para que este profissional atue é necessário graduação em uma área específica e, portanto, possui capacidade para lecionar e superar adversidades. O declínio da profissão se deve pelos baixos salários praticados pela maioria das secretarias municipais e estaduais, falta de políticas públicas adequadas que busquem a valorização do profissional no ambiente de sala de aula.

Em Minas Gerais, a média de afastamentos envolvendo docentes e supervisores do Estado é de cinco por hora, ou 127 por dia. Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag), em 2017, foram 44.952 casos e no ano passado (2018), 46.346 – os números computam funcionários que precisaram se afastar mais de uma vez. A situação dos professores que adoecem por causa da profissão se acentuou desde 2016, quando o governo passou a parcelar os salários. Entre as enfermidades, segundo a Secretaria de Estado da Educação, estão questões ligadas à saúde vocal, transtornos mentais e comportamentais e doenças do sistema osteomuscular. (DINIZ, 2019).

Assim, como fisioterapeuta recebo de forma frequente reclamações sobre excesso de trabalho por parte dos docentes, assim as condições de trabalho são um fator adoecimento, sítio porque muitos professores tem que enfrentar turmas lotadas compostas por todos os tipos de alunos, portanto essa expor exagerada pode levar o desgaste físico, alterações na voz, dores e esgotamento psicológico em que o docente não acha que é capaz de enfrentar uma ambiente de trabalho de sala de aula, e isto torna seu trabalho um fardo precisando de ajuda especializada em diversas áreas da saúde.

Além disso, um dos fatores que afeta diretamente os docentes brasileiros é a violência sofrida de todas as formas em sala de aula, em uma pesquisa feita em 2015 pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, apontou que 44% dos docentes que atuavam no estado disseram já ter sofrido algum tipo de agressão. Entre as agressões que 84% dos professores afirmam já ter presenciado, 74% falam em agressão verbal, 60% em bullying, 53% em vandalismo e 52% em agressão física. Assim, é possível observar as diversas formas de violência sofrida em sala de aula, esse problema é crônico em todo o Brasil é precisa de políticas públicas que solucione essa questão para que o professor consiga trabalhar de forma eficiente e segura.

Segundo as perspectivas de Marx (2005) essa crise é inerente ao sistema capitalista. Este sistema, de caráter cíclico, alterna períodos de prosperidade com outros de perdas. Este modo de produção se baseia na acumulação de riqueza por meio da produção de mais valia, ampliação do consumo e realização da mercadoria. Para dar conta do excesso de produção (talvez riqueza) ocorre a exploração dos trabalhadores diminuindo os custos do trabalho e aumento da mais valia e lucro. As condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar podem gerar sobre esforço ou hiper sollicitação de suas funções psicofisiológicas. Se não há tempo para a recuperação, são desencadeados ou precipitados os sintomas clínicos que explicariam os índices de afastamento do trabalho. (SOUZA, 2003).

A crise atual do sistema capitalista decorre da sua incapacidade em responder aos problemas inerentes a ele e impedir o avanço da exclusão social e miséria humana e solucionar os problemas relacionados ao próprio trabalho. É efeito deste processo, a inclusão de novas formas de gestão da força de trabalho, em geral poupadoras de força de trabalho priorizando o mercado e maximizando os lucros. Desta forma, a organização do trabalho é modificada para atender à necessidade de aceleração da produção, interferindo diretamente nas relações de trabalho, flexibilizando os contratos e intensificando o labor. As novas tecnologias, utilizadas pelo discurso da modernização, sofisticam os processos de exploração do trabalho e do

trabalhador, possibilitando maior cobrança e controle sobre a atividade laboral. Submete as pessoas a modelos de gestão que desconsideram a humanidade tratando os homens como máquinas, de modo a operacionalizar as ações e diminuir o tempo para a execução das atividades. (ANTUNES, 2006)

O mundo do trabalho na contemporaneidade apresenta mutações que afetam direta e indiretamente todas as pessoas. A ideologia presente no modo de produção capitalista coloca o trabalho como atividade social desvalorizada, produzindo uma ruptura entre a associação da identidade e trabalho. No entanto, as condições para sua realização são precárias e por isto oferecem potencial risco à saúde de quem o executa. A reestruturação produtiva se sustenta na revolução tecnológica para alterar a organização do processo de produção e modificar a estrutura e as relações de trabalho. No contexto do capitalismo em crise, se desenha um novo perfil para a educação e o trabalho docente visando atender às exigências do mercado. E assim, as reformas na educação brasileira se definiram, afetando de forma incontável o trabalho dos profissionais que atuam nesta área. (SAVIANI & DUARTE, 2012)

Todas as formas de vida mantêm-se em seu meio ambiente natural; assim é que todos desempenham atividades com o propósito de apoderar-se de produtos naturais em seu próprio proveito. Os vegetais absorvem umidade, minerais e luz do sol; os animais alimentam-se de vida vegetal ou da rapina. Mas apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade é um tipo de sistema voltado para iludir o trabalhador, porém é extremamente opressor tirando dele toda a perspectiva, deixando apenas com a vontade de vender sua força de trabalho.

O desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e, daí, à apropriação privada da terra, provocando ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas. A apropriação privada da terra, então o principal meio de produção, gerou a divisão dos homens em classes. Configuram-se, em consequência, duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários. Esse acontecimento é de suma importância na história da humanidade, tendo claros efeitos na própria compreensão ontológica do homem. Com efeito, como já se esclareceu, é o trabalho que define a essência humana. Isso significa que não é possível ao homem viver sem trabalhar. No entanto, o advento da propriedade privada tornou possível à classe dos proprietários viver sem trabalhar. (MARX, 2005)

A relação entre trabalho e educação é complexa e merece uma discussão aprofundada. Saviani (2007) caracteriza os fundamentos históricos e ontológicos da relação trabalho e educação. Segundo ele, os homens, diferentemente dos demais animais que se adaptam à natureza, têm que adaptar a natureza a si, agindo sobre ela e transformando-a. Apoiado em Marx e Engels, ele também destaca que a singularidade do homem está na produção de seus meios de vida, e assim ele produz indiretamente sua própria vida. Este ato de agir sobre a natureza e transformá-la é o que chamamos de trabalho. Assim, a essência humana é produzida pelo homem. “A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico” (Saviani, 2007, p. 154). Desta forma, se a existência humana não é garantida pela natureza, e é um produto do trabalho, conclui-se que o homem não nasce homem. Ele necessita aprender a ser, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a formação do homem é um processo educativo. A origem da educação coincide com a origem do homem, conclui o autor.

Estas considerações são fundamentais na compreensão do significado simbólico da educação e da docência visto que evidenciam a relação de identidade entre trabalho e educação. Na relação visceral do sujeito humano com seu trabalho, o aprendizado se dá durante o ato. Transformando a natureza, relacionando uns com os outros, o labor era ensinado e transmitido de gerações a gerações. O processo de aprendizagem se dava pela experiência. Antes de qualquer tecnologia educacional, o saber prático validado pela experiência garantia a continuidade da espécie humana. Hoje, leis buscam valorizar as crianças e adolescentes, assim o Estatuto da Criança de Adolescente (1990) veio proporcionar uma nova visão principalmente para a educação.

Os investimentos da sociedade e do Estado da Criança de Adolescente (1990) são essenciais para que os fundamentos do Estatuto saiam do papel e passem a ser vivenciado no cotidiano social brasileiro. Sem educação de qualidade e que prime pelo trabalho dentro dos valores e atitudes necessários ao bom convívio em sociedade, com a ausência de projetos voltados para a valorização de projetos educacionais sólidos e dentro das necessidades sociais e pessoais do educando, com a falta de valorização cultural de leitura e releitura dos valores e suas relações com as leis vigentes em nosso país somados a falta de investimentos no setor educacional e, principalmente no professor que lida mais de perto com essa questão, é difícil e até impossível o alcance dessas medidas no seio social brasileiro.

Saviani (2007) conclui que os fundamentos históricos da relação trabalho e educação se referem ao processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens e o resultado deste processo é o próprio ser dos homens. Constatada a profunda

imbricação dos dois elementos, resta-nos entender as consequências da separação entre trabalho e educação e da perda do sentido do trabalho educativo, tal como se dá na atualidade. É importante salientar que todas as discussões mostram que o trabalho tem um papel essencial na vida das pessoas, porém essas relações estão se modificando e assim o homem passou a ser fruto deste trabalho, se não houver trabalho as conexões passam a ser corrompidas se tornando um ser alienado pela visão capitalista, assim a educação é a única forma de preparar o homem e sair deste estado de alienação.

Assim, a divisão do trabalho, a apropriação privada da terra, consequências do desenvolvimento da produção provoca a ruptura nas comunidades primitivas, dividindo os homens em classes. Surgem duas classes sociais, a dos proprietários e as dos não proprietários. Este acontecimento define profundamente a história da humanidade e tem efeitos na própria concepção do homem. Se, como já dito, o trabalho define o homem, não é possível viver sem trabalhar. Com a divisão de classes, a classe dos proprietários pode viver sem trabalhar. Eles não vivem sem o trabalho, eles vivem do trabalho alheio. Os não proprietários passaram a ter a obrigação de, com seu trabalho, manterem a si e aos donos da terra. Donos da terra e senhores dos trabalhadores que são “escravos” ou vendedores da força de trabalho. O termo escravo não se aplica ao capitalismo literalmente.

Saviani (2007) relata também que a divisão dos homens em classes provoca a divisão também na educação. A educação passa ter duas modalidades distintas: uma para a classe proprietária, a educação dos homens livres, voltada para atividades intelectuais, para a arte da palavra e atividades físicas de caráter lúdico ou militar. E a educação para a classe não proprietária, dos serviçais e escravos relacionada ao processo de trabalho. Esta divisão arriscaria a dizer, permanece até hoje. A educação intelectual, escolar direcionada aos que tem poder aquisitivo e a formação para o trabalho, técnica, voltada para os trabalhadores. O autor explica que a primeira modalidade de educação deu origem à escola, cuja palavra significa lugar do ócio. Era o lugar para onde se dirigiam os que dispunham de tempo livre. Esta educação é então a educação formal, separada formalmente do trabalho. A expressão do senso comum que interpela muitos professores na atualidade exemplifica isto: Você trabalha ou só dá aula? A pergunta ilustra ironicamente as representações do trabalho de educador. Correlato à divisão de classes está o processo de institucionalização da educação. A origem da escola, o lugar para onde vão aqueles que desfrutam de tempo livre, contrapõem-se à educação da maioria que continua a coincidir com o processo de trabalho, mas agora sem o controle sobre o mesmo.

Assim, a forma como é organizada a educação escolar no sistema capitalista é diretamente responsável pelas modalidades segundo as quais este concorre para a reprodução

das relações deste modo de produção. Ressalta-se o papel decisivo da escola na reprodução do modo de produção capitalista e a via encontrada para o cumprimento deste papel é separá-la do trabalho produtivo. Neste contexto escolar vigente o papel principal passa a ser do professor, sendo responsável por todas as ações escolares, porém houve inúmeras cobranças para se implantar uma educação de qualidade, porém toda essa estrutura trouxe adoecimento para este profissional. Ao fazer o percurso sobre a definição do trabalho na perspectiva de Marx a proposta é integrar e comparar com o trabalho do professor em sala de aula, e verificar como o seu trabalho pode ser cansativo e causar adoecimento, isto porque por ele que lida diretamente com as situações na sala de aula e tem cobrança por parte da direção, comunidade escolar e outras instituições como secretarias de educação e cobranças por parte do governo.

No entanto, esses fatores de adoecimento apontam para duas direções: interna e externa. O indivíduo pode adoecer por deficiência de seu sistema de defesa (meio interno) ou por sofrer muitas agressões do ambiente em que vive (meio externo). Os fatores internos consideram a estrutura genética e hereditária, o modo de vida e os sentimentos. Os fatores externos dependem do clima, em suas manifestações diversas, e do meio ambiente, aqui cabe ressaltar fatores estruturais como salas úmidas, mal iluminadas, locais insalubres. Deve-se considerar, ainda, que se pode adoecer no físico, na mente ou em ambos. Todas estas mudanças só se tornam efetivas se transformadas em práticas docentes no dia a dia que buscam transformar a vida dos professores, e pode produzir impacto na qualidade de vida da população. (CAMPIGLIA, 2004).

Muitas são as atribuições impostas ao professor, aparte de seu interesse e, muitas vezes, de sua carga horária. Além das classes, deve fazer trabalhos administrativos, planejar, reciclar-se, investigar, orientar alunos e atender aos pais. Também deve organizar atividades extraescolares, participar de reuniões de coordenação, seminários, conselhos de classe, efetuar processos de recuperação, preenchimento de relatórios periódicos e individuais e, muitas vezes, cuidar do patrimônio material, recreios e locais de refeições.

Observa-se que a separação entre instrução e trabalho é elemento crucial para entender o valor simbólico da educação e do educador, visto que a separação entre escola e produção, entre instrução e trabalho refletem a divisão entre trabalho manual e intelectual. Nota-se que após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação assume uma dupla identidade. No caso do trabalho manual, a educação continua a se realizar concomitante ao processo de trabalho, e a educação tipo escolar é destinada à educação para o trabalho intelectual, a pressão que os profissionais sofrem para manter padrões de disciplina e ao mesmo tempo ensinar o conteúdo escolar levam ao desgaste emocional afetando assim o seu trabalho e levando ao adoecimento, mesmo com a implantação de políticas que buscam a valorização.

No Brasil as demandas da autonomia chegam às escolas embaladas pela necessidade de implantação da gestão democrática nas escolas públicas, conquista obtida no plano legal a partir da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/96. A referida lei amplia o ano letivo de 180 dias para 200 dias, ou 800 horas anuais no ensino fundamental. Apesar de representar uma conquista dos movimentos sociais, a democratização da gestão escolar, com todas as controvérsias a respeito, tem implicado maiores exigências para os docentes. A LDB n. 9.394/96, nos seus artigos 12, 13 e 14, dispõe sobre as competências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes e, ainda, sobre a gestão democrática, reforçando tais tendências e demonstrando que no plano legal o trabalho docente não se restringe à sala de aula, mas que ele contempla ainda as relações com a comunidade, a gestão da escola, o planejamento do projeto pedagógico, a participação nos conselhos, entre outras funções. Assim, podemos considerar que houve uma dilatação, no plano legal, da compreensão do que seja o pleno exercício das atividades docentes.

Por outro lado, a gestão generalista da educação busca integrar os dados de todos os setores da gestão escolar fazer com que o sistema unifique as necessidades da educação, por estarem alocados em uma única plataforma buscou-se fazer secretarias de educação, cuja proposta é sanar as dificuldades da educação com relação a contratação de professores e direcionamento das verbas públicas. Apesar de não ser uma regra, a educação generalista imponha uma visão geral do sistema, a preocupação era que o Brasil lançasse os dados obtidos, cumprindo os requisitos das Leis Diretrizes e Bases da educação.

À classe trabalhadora compete aprender ofícios técnicos para sustentar a força de trabalho operária e assim manter o funcionamento do sistema. Como visto, a educação é um fenômeno histórico e reflete os desafios de diferentes contextos políticos e sociais. Ela reproduz a sociedade vigente com seus valores e ideais. No Brasil, as diversas transformações vividas pela educação acompanharam o processo histórico do país e do mundo. A organização do ensino superior se modifica a partir das mudanças nas políticas públicas. Estas últimas são criadas conforme interesses nem sempre explícitos pelo governo e muitas vezes priorizam interesses que não são os mesmos da população.

É necessário considerar, ainda, que os tempos sociais do trabalho (ritmos, intensidade, regimes de turnos, hora extra, banco de horas...) encontram-se em contradições com os biorritmos dos indivíduos, gerando acidentes e adoecimentos, destacando-se, internacionalmente, o crescimento de dois grupos de patologias, o das LER/DORT e o dos transtornos mentais. Entre estes, cabe ressaltar: os transtornos do ciclo vigília-sono, comuns em trabalhadores em regimes de turnos alternados e de trabalho noturno, que fazem parte da lista

de transtornos mentais relacionados ao trabalho de acordo com a Portaria nº 1.339/1999 do Ministério da Saúde e, muitas vezes, apresentam associados (em comorbidade) ao quadro de fadiga patológica, também abrangido pela lista oficial; e o Esgotamento Profissional (Síndrome de Burnout), identificado no histórico de muitos casos de quadros depressivos e de processos psicossociais que conduzem aos suicídios e à escala da dependência do álcool e das drogas. Ademais, constatações epidemiológicas e clínicas apontam os riscos de hipertensão e doença coronariana configurados pela pressão temporal em profissionais submetidos de forma continuada ao Works-stress, entre outras patologias que atingem o organismo pela via psicossomática, nas quais atingem o estresse continuado desempenha papel relevante. (HALLQVIST et al., 1998).

Saúde é mais do que ausência de doença, sobretudo do ponto de vista da saúde coletiva, na medida em que permite cuidar de aspectos ligados ao meio ambiente, às desigualdades econômico-sociais, indo muito além de uma perspectiva meramente curativa. No entanto, pensamos que a definição da OMS traz alguns problemas, na medida em que propõe uma saúde que parece impossível, já que um estado de absoluto bem estar físico, mental e social é algo que não pode ser experimentado senão em poucos momentos durante a vida, tendo-se em vista que cada ser humano se confronta o tempo todo com situações que podem levar diversos tipos de mal-estar, sem que isto represente necessariamente ausência de saúde. (Organização Mundial de Saúde – 1993).

Recorrendo-se à etimologia do termo qualidade, ele deriva de *qualis* [latim] que significa o modo de ser característico de alguma coisa, tanto considerado em si mesmo, como relacionado a outro grupo, podendo assim assumir tantas características positivas (saúde) como negativas (doenças). Porém, quando se fala em qualidade de vida, acredita-se que, geralmente, refere-se a algo bom, digno e positivo. Trata-se de um termo que designa uma construção social importante e varia de pessoa para pessoa, grupo para grupo, cultura para cultura. (RENEWICK.R & BROWN, 1996).

A qualidade da educação pode ser visualizada de diversas formas, ou seja, é importante ressaltar que o termo “educação” está empregado no ambiente estrito, isto é, relacionado a educação escolar, tendo como foco a qualidade de vida dos profissionais da educação que são pilares do sistema educacional, sabe-se que o papel do professor é amplo, sendo muito cobrado por suas ações educacionais e sua postura com a comunidade escolar, porém essa cobranças do contexto escolar podem afetar drasticamente a sua saúde podendo causar doenças laborais específicas como ansiedade, depressão e outras sintomas que são específicos em cada caso. (MOROSINI, 2009).

Porém, um fator que pode afetar a qualidade de vida dos professores é a sua relação com os alunos, essa relação é marcada com conflitos e dificuldades, assim a relação professor-aluno tornou-se tensa, agressiva, porque reproduz relações competitivas de mercado de trabalho. Ela adquiriu a forma do mercado, reproduzindo, na escola, as relações de produção dominantes na sociedade. Portanto, não existiu qualidade no ensino-aprendizagem quando o professor, para ensinar, precisa renunciar a si mesmo, se alienar, renunciar aos seus ideais, seus sonhos para realizar os sonhos do mercado capitalista. A educação não pode subordinar-se às exigências do mercado.

É importante salientar que o contexto de atuação do professor, que tem se tornado cada vez mais desafiador: isto porque esses profissionais atuam em ambientes escolares que, muitas vezes, funcionam em condições estruturais precárias e com alunos sem as habilidades necessárias para cursar a série em que estão; a violência e há uma busca pela universalização da educação básica amplia a demanda por esses profissionais; a necessidade de melhoria da qualidade do aprendizado exige professores bem qualificados; as mudanças socioculturais e tecnológicas em ritmo acelerado impõem a permanente necessidade de atualização desses docentes para ampliar o conceito de qualidade na educação.

E o conceito de qualidade da educação implica, assim, a atenção às diferenças “segundo pertencimento étnico, a consciência de gênero, a orientação sexual, as idades e as origens geográficas”, lembrando que aqui a qualidade está em um conceito amplo e abrange todos os contextos. (BRASIL, 2009, p. 10). Para isso, a escola precisa responder a uma multiplicidade de funções, especialmente as de educadora e protetora à medida que “passa a incorporar um conjunto de responsabilidades que não eram vistas como tipicamente escolares mas que, se não estiverem garantidas, podem inviabilizar o trabalho pedagógico” (BRASIL, 2009, p. 17).

O trabalho na perspectiva da sociedade capitalista, retratado por Marx (2005) acontece quando o trabalhador que não dispõe dos meios de produção para produzir o que necessita para sobreviver passa a vender a única “mercadoria” que tem: sua força de trabalho. E assim, Marx (2005) afirma que essa “coisificação” da força de trabalho – a transformação do trabalho em um objeto que passa a ter valor monetário agregado – é o que possibilita a exploração, ou a alienação, do trabalhador e de sua força de trabalho pelo capitalista detentor dos meios de produção.

Isto é o que possibilita a um capitalista obter uma renda superior ao salário que ele paga ao seu empregado é exatamente o mesmo fenômeno que torna possível a um dono de escravo auferir ganhos em decorrência do trabalho do seu escravo. Mais especificamente, um trabalhador é capaz de produzir, em menos de um dia inteiro de trabalho, os bens de que ele

necessita para ter a força e a energia necessárias para labutar um dia inteiro de trabalho é essa visão que Marx analisa com relação ao contexto de trabalho capitalista imperante.

Para utilizar um dos exemplos fornecidos por Marx (2005), um trabalhador é capaz de produzir em 6 horas todos os alimentos e todas as necessidades de que ele precisa para ser capaz de trabalhar 12 horas. Estas 6 horas — ou qualquer que seja o número de horas necessárias para o trabalhador produzir essas suas necessidades — são rotuladas por Marx de "tempo de trabalho necessário". Já as horas que o trabalhador trabalha além do tempo de trabalho necessário são rotuladas como "tempo de trabalho excedente", que representa o lucro capitalista. Essas definições servem de base para explicar a condição do trabalho do professor, esse profissional é o foco desta dissertação, assim a proposta é discutir sobre o adoecimento constante devido ao excesso de turmas, grandes cobranças com relação a aprendizagem dos alunos e outros fatores como indisciplina, falta de apoio pedagógico, baixos salários.

Além disso, o trabalho ocupa um espaço muito importante na vida das pessoas, ou seja, quase todo mundo trabalha, e uma grande parte da vida é passada dentro de organizações. As características e exigências do trabalho fazem com que sejam necessários vários ajustes psíquicos e físicos por parte do trabalhador para que o sofrimento causado por ele não se desenvolva em um estado patológico. Esse mesmo trabalho, no entanto, não é unicamente uma fonte de doença ou de infelicidade; ao contrário pode ser operador de saúde e de prazer dependendo do contexto e da forma como o trabalho é executado.

É importante salientar que o trabalho docente vem sofrendo grandes alterações durante a história recente do Brasil, marcadas por uma perda de prestígio social, remuneração injusta, condições de trabalho degradantes, enfraquecimento sindical, dentre outros, sendo que tanto a sua subjetividade como aspectos políticos e sociais precisam de maior compreensão e atenção por parte dos cientistas. Isto porque houve um processo de desvalorização do conhecimento, assim o trabalho do professor com característica predominante intelectual, passou a ser desvalorizado pela sociedade brasileira o que a sociedade queria era pessoas voltadas para o mercado de trabalho e não intelectualizadas.

De acordo com Codo e Gazzatti (1999), abordaram que as atividades dos professores exigem um grande investimento de energia afetiva para promover o bem-estar do outro. Nessas atividades quando algo não vai bem, por desinteresse dos alunos, quando as expectativas não são alcançadas, por falta de estruturas físicas e /ou pedagógicas, e não há um retorno, o profissional pode desenvolver um esgotamento profissional e isso é cada vez mais comum no meio educacional no qual, as relações professor-aluno mudaram fazendo com que o interesse,

o respeito e a valorização do trabalho por parte do aluno ficassem aquém do esperado pelo professor.

Os objetivos deste trabalho foi investigar e analisar sobre a condição da saúde dos docentes na educação básica de escolas públicas de Minas Gerais entre os períodos de (2009 e 2019) a proposta é contextualizar e analisar o processo histórico da saúde na educação básica, no estado de Minas Gerais e elaborar e gravar palestras, oficinas minicursos e/ou guias de cuidados sobre orientações de métodos para promoção e manutenção da saúde. Os procedimentos metodológicos de acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

Foi desenvolvido uma pesquisa bibliográfica e também documental para atingirmos o objetivo que é fazer oficinas e cartilhas para orientação dos professores. No entanto, os resultados da nossa pesquisa onde foram feitas algumas revisões da literatura em periódicos com Qualis A1 e A2, Teses, Dissertações e Artigos, pesquisa no Censo Escolar e também no MEC/INEP sobre a temática pesquisada. Observou – se que as principais patologias que acometem os professores na educação básica de Minas Gerais, são: Síndrome de Burnout, Transtorno de Ansiedade, Depressão, problemas vocais e osteomusculares.

A pesquisa documental foi analisada em periódicos Qualis A1 e A2 entre 2009 e 2019, por motivo de maior números de artigos encontrados neste período e também o Censo Escolar é realizado de dez em dez anos. Foram também pesquisados dados da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e Plano Nacional de Educação. No entanto, como este trabalho se trata de uma revisão integrativa, a preocupação foi buscar dados oficiais que trabalhassem as principais patologias encontradas nos professores, assim a base teórica desta dissertação estão vinculados a dados Censo Escolar 2019 e dados do Ministério da Educação que buscam retratar a atuação da educação básica e atuação docente no Brasil, porém buscou focar também o trabalho docente em Minas Gerais nos anos de 2009-2019.

Segundo Bravo (1991), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto. Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes forem atribuídos um significado relevante em relação a um problema de investigação.

Porém, é importante ressaltar que esta pesquisa faz uma análise, é um trabalho verificação, constatação e compreensão do problema, a proposta é traçar o perfil dos professores da educação básica e verificar os principais problemas de saúde que levam o afastamento do trabalho. Porém os dados analisados foram do Censo Escolar de 2009, o mais completo, há uma análise detalhada sobre o trabalho do professor, levando em consideração faixa etária, quantidade de turmas lecionadas, formação e atuação docente. Além disso, traçou-se o perfil de cada estado do país, porém os dados escolhidos para fazer parte do trabalho foram o de Minas Gerais, os demais dados de outros estados foram excluídos por não ter relevância, visto que a proposta é fazer análise dos dados de Minas Gerais em paralelo aos dados do Brasil como um todo e assim os dados gerais de outros estados estão inclusos.

O Qualis Periódico é uma das ferramentas utilizadas para a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Tem como função auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES. Ao lado do sistema de classificação de capítulos e livros, o Qualis Periódicos é um dos instrumentos fundamentais para a avaliação do quesito produção intelectual, agregando o aspecto quantitativo ao qualitativo.

Surge da necessidade de qualificar a produção dos programas e não mais apenas contabilizar o número de artigos publicados. O número de artigos publicados nos programas, em cada triênio de avaliação, era bastante expressivo, tornando impraticável qualquer tentativa de avaliar a qualidade de cada um desses produtos do trabalho científico. Diante dessa impossibilidade, a opção adotada foi a classificação dos veículos de divulgação da produção científica, pressupondo-se que a aceitação de um artigo por periódico indexado e com sistema de peer review garantia, de certo modo, a sua qualidade.

Assim, também não é uma classificação absoluta, estando sujeita a revisão permanente. Tendo em vista que a classificação é sempre feita a posteriori, não é aconselhável que a lista sirva de referência para ações futuras, tais como a escolha de periódicos para submissão de artigos. A escolha de um periódico para a submissão deveria levar em conta, entre outros aspectos, o público-alvo do próprio artigo, o escopo dos diversos periódicos em um mesmo campo científico, a credibilidade, a rapidez no processo de julgamento e de publicação, a competitividade expressa pela taxa de rejeição, a circulação que os periódicos têm na comunidade de interesse e seu prestígio, o que pode ser indiretamente avaliado por diferentes medidas de impacto.

O Qualis Periódicos não é uma ferramenta que possa ser utilizada em avaliações do desempenho científico individual de pesquisadores, visto que não foi desenvolvido com essa

finalidade. A aplicação do Qualis faz sentido para a análise coletiva da produção de um programa, cumprindo requisitos específicos do processo de avaliação comparativo estabelecido pela CAPES. Em avaliações orientadas por princípios essencialistas, os instrumentos usados para comparações relativas nem sempre se mostrarão adequados. A proposta é ampliar as discussões sobre o conceito de saúde no âmbito educacional e para isto é preciso entender como é estruturada a educação, em nível de investimentos e números e quantidades de profissionais para se verificar quão amplo é a importância deste tema.

Foi descrito o percurso da Educação Básica, pesquisou-se maneiras de contribuição no âmbito da saúde de seus docentes. A pesquisa formulada contribuirá para gerar-se um guia de cuidados e orientações (palestras e/ou guias de cuidados) sobre conscientização à saúde dos docentes frente à Educação Básica, e isso proporcionarão aos alunos melhor qualidade nos aprendizados. Num primeiro momento realizamos uma revisão de artigos nos periódicos com Qualis A1 e A2 sobre a temática pesquisada. É preciso ressaltar que irá se trabalhar apenas com o Escolas Públicas do Estado de Minas Gerais. A leitura e análises das teses, artigos, dissertações e documentos, trouxe contribuições pertinentes à pesquisa.

Com relação ao histórico da estrutura da Educação Básica é importante salientar que a educação brasileira é dividida em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela lei nº 9394, de 1996, são as leis que regem o sistema educacional brasileiro em vigor. No entanto, a atual estrutura do sistema educacional regular no Brasil consiste na educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a educação superior. Os municípios têm a função educacional de atuar no ensino fundamental e na educação infantil; já os Estados e o Distrito Federal são responsáveis pelo ensino fundamental e ensino médio. E o governo federal exerce uma função redistributiva e supletiva na educação, devendo prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como deve organizar o sistema de educação superior no país.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é realizada em creches, para crianças de zero há três anos de idade, e nas pré-escolas, para crianças de quatro e cinco anos. O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, (Conforme a LEI 11.274 DE 06/02/2006), é obrigatório e gratuito na escola pública, devendo o Poder Público garantir sua oferta para todos, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria para o mesmo.

Enquanto o ensino médio, tem duração de três anos de duração, o ensino médio é comumente associado a preparação dos jovens para o Enem e demais vestibulares. No entanto, essa etapa escolar também trabalha o autoconhecimento, autonomia intelectual, pensamento crítico, entre outros. Concluir o ensino médio é fundamental para a colocação do jovem no mercado de trabalho. Além do ensino regular, a educação formal possui as seguintes modalidades específicas: a educação especial, para os portadores de necessidades especiais; a educação de jovens e adultos, para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria para os mesmos.

Com a Lei nº 9.394/96 (LDB) o grande objetivo tornou-se normatizar o sistema educacional e garantir acesso igualitário para todos com relação à educação. Essa lei, de forma geral, oferece um conjunto de definições políticas que orientam o sistema educacional e introduz mudanças importantes na educação básica do Brasil. Desse modo, a nova proposta para a educação brasileira tem como meta a democratização e universalização do conhecimento básico, oferecendo educação e cuidado com a escolarização, assumindo um caráter intencional e sistemático, que oferece uma atenção especial ao desenvolvimento intelectual, sem descuidar de outros aspectos como o físico, o emocional, o moral e o social (Lei nº 9394/96). Sobre a Educação e a Escola no Brasil, Saviani (1987) identifica quatro importantes concepções utilizadas na organização e funcionamento da escola: a concepção humanista tradicional, a moderna, a analítica e a dialética.

Por conseguinte, os professores que trabalham no âmbito da educação básica é o foco deste trabalho, isto significa que sem o professor o trabalho feito na educação básica não seria possível, no entanto, esse profissional não é valorizado pelo Governo. Assim, essa falta de valorização resulta em doenças laborais como estresse, angústia e depressão, pois enfrenta turmas lotadas, alunos indisciplinados e grande acúmulo de trabalho tudo favorece para o desgaste da saúde e assim este profissional precisará de atendimento especializado, principalmente fisioterapêutico.

Na atualidade, a educação passa por um processo de transformação, e os valores estão mudando, preocupa-se apenas em cumprir o cronograma educacional de provas externas e os alunos não tem compromisso e assim o processo de educação está comprometido. O atual governo, através de vários programas, está expandindo o acesso ao ensino e incentivando grande parte da população a concluir o ensino médio e, posteriormente, buscar sua qualificação através de cursos profissionalizantes ou tecnológicos. Apesar de ainda focar em uma formação majoritariamente tecnicista e, portanto, minimizar as possibilidades de ampliação formativa, o socialmente, ampliando as suas possibilidades de trabalho e de crescimento profissional,

embora distante da transformação do sujeito que se pretende com a educação em sentido mais amplo.

Além disso, a LDB contempla de maneira subjetiva a condição adequada de trabalho (art. 67, inciso VI), mas não explicita quais são as condições mínimas para que o docente realize satisfatoriamente a sua atividade educacional. Dessa forma, não vislumbramos na legislação caminhos como efetivar as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente, deixando-as em segundo plano, isto pode prejudicar a educação básica, pois professores desmotivados podem comprometer a qualidade da educação, é preciso ações.

É importante salientar que esta dissertação possui uma metodologia de análise e educação básica e verificar os principais problemas de saúde que levam o afastamento do trabalho. A pesquisa bibliográfica analisa dois autores principais Marx (2005) e Saviani (2012) ambos analisam o contexto do trabalho e educação, a preocupação de Marx (2005) é discutir as relações do trabalho no sistema capitalista e como este sistema afeta a saúde dos trabalhadores. Enquanto Saviani (2012) discute os fundamentos históricos da relação trabalho e a educação sendo este o resultado deste processo do próprio ser dos homens. Além disso, as leis da educação como LDB, ajudaram a entender o contexto histórico educacional e consolidação da educação básica e o papel dos professores no processo da educação.

Assim, revisão de artigos nos periódicos com Qualis A1 e A2 mencionam sobre consolidação da educação básica intercalada com as condições do trabalho do professor e como essas condições afetam a saúde do professor é importante ressaltar que irá se trabalhar apenas com o Escolas Públicas do Estado de Minas Gerais e há várias leitura e análises das teses, artigos, dissertações e documentos que ressaltam essa temática.

Segundo INEP (2020), o Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Ele abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional:

Ensino regular (educação infantil, ensino fundamental e médio);

Educação especial – modalidade substitutiva;

Educação de Jovens e Adultos (EJA);

Educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional).

A coleta de dados das escolas tem caráter declaratório e é dividida em duas etapas. A primeira etapa consiste no preenchimento da Matrícula Inicial, quando ocorre a coleta de

informações sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa ocorre com o preenchimento de informações sobre a Situação do Aluno, e considera os dados sobre o movimento e rendimento escolar dos alunos, ao final do ano letivo.

O Censo Escolar é regulamentado por instrumentos normativos, que instituem a obrigatoriedade, os prazos, os responsáveis e suas responsabilidades, bem como os procedimentos para realização de todo o processo de coleta de dados. Toda a legislação relativa ao Censo Escolar está disponível para consulta no menu Documentos e Legislação. É uma ferramenta fundamental para que os atores educacionais possam compreender a situação educacional do país, das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, bem como das escolas e, com isso, acompanhar a efetividade das políticas públicas.

A compreensão da situação educacional ocorre por intermédio de um conjunto amplo de indicadores que possibilitam monitorar o desenvolvimento da educação brasileira, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), as taxas de rendimento e de fluxo escolar, a distorção idade-série, entre outros, que servem de referência para as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), que podem ser acompanhadas no Observatório do PNE. Todos esses indicadores são calculados com base nos dados do Censo Escolar.

Em 9 de janeiro de 2001, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a Lei nº 10172, responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). Tal documento, criado a cada dez anos, traça diretrizes e metas para a educação em nosso país, com o intuito de que estas sejam cumpridas até o fim desse prazo.

O primeiro PNE foi elaborado em 1996, para vigorar entre os anos de 2001 a 2010. Além de possuir diversas metas, dificultando o foco em questões primordiais, estas não eram mensuráveis e não apresentavam, por exemplo, punições para aqueles que não cumprissem o que foi determinado. Além disso, algumas questões importantes foram vetadas pela presidência, como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) direcionado para a educação, em 3%, em razão das dificuldades econômicas vigentes no segundo mandato do presidente em exercício; e a responsabilidade pela educação, mesmo a pública, foi colocada como uma tarefa de todos, descentralizando a responsabilidade do Estado quanto a isso – embora tal descentralização não tenha ocorrido, por exemplo, no que tange às decisões, que poderiam ser compartilhadas considerando as pontuações e vontade dos diversos segmentos sociais do nosso país. Aliás, é válido frisar que a lei referida no primeiro parágrafo deste artigo foi originada a partir da pressão social de várias entidades, predominantemente constituídas por educadores, profissionais da educação, pais de alunos e estudantes.

No que se refere ao novo PNE, que contempla os anos de 2011 a 2020, seu projeto de lei foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. Este documento é mais sucinto, e também quantificável por estatísticas, podendo facilitar a sua execução e também fiscalização. Tal fato também permite com que ele seja discutido nas escolas, aumentando as chances de seus objetivos serem, de fato, compreendidos e também alcançados.

Segundo o Jornal Estado de Minas Gerais, em relação a violência escolar seja dentro de salas de aula, em outras dependências da escola ou até mesmo na rua, a violência contra educadores ocorre de diferentes formas. Os autores também variam e vão de estudantes a familiares de alunos, engrossando a lista de infrações cometidas em ambiente escolar no estado. Dois casos de agressões, no mês em que é comemorado o Dia do Professor, o 15 de outubro, expõem a vulnerabilidade dos profissionais que zelam pela educação. Entre janeiro a agosto deste ano, foram 13.334 ocorrências de infrações em instituições de ensino público municipal, estadual, federal e particular, além de creches, que envolvem danos a pessoas, entre eles ataques a professores e ao patrimônio. Mesmo apresentando diminuição, os casos impressionam, com uma média de 55 por dia, ou seja, dois a cada hora. Em Belo Horizonte a violência aumentou 6,3%, nos primeiros oito meses de 2019, em relação ao mesmo período de 2018.

Em BH, um professor idoso foi agredido dentro de uma sala da Escola Municipal Marlene Pereira Rancante, no Bairro Alípio de Melo, Região da Pampulha. Um menino de 12 anos jogou uma caixa de plástico na cabeça do docente, que precisou ser levado a um hospital. Em entrevista, o educador contou como tudo ocorreu, na quarta-feira. “Faltavam 15 minutos para encerramento da aula. Eu estava explicando a matéria no quadro, e esse jovem estava sentado próximo à saída da sala. Ele colocou a mochila nas costas e começou a circular dentro de sala”, contou. “Pedi a ele que se sentasse. Em ato contínuo, quando me virei para o quadro, ele se valeu de uma caixa plástica e a arremessou, bateu com a caixa na minha cabeça. Segundo meus alunos, por duas vezes”, completou.

A saúde mental do professor na pandemia é um assunto extremamente importante, uma vez que muitos têm relatado uma sobrecarga de trabalho, altos níveis de estresse e situação de impotência diante do cenário atual da educação. Com o distanciamento social, as aulas foram suspensas em todo o país, e, com isso, a educação não presencial tornou-se uma alternativa. Fato é que muitos estabelecimentos de ensino não estavam preparados para as aulas nessa modalidade, e o professor foi obrigado a adaptar-se em um momento em que toda a população está envolvida em um turbilhão de sentimentos. Para conseguir desempenhar suas atividades com qualidade e ainda enfrentar toda a problemática envolvida com o distanciamento, é fundamental que o professor cuide bem da sua saúde mental. O acúmulo de tarefas, a

necessidade de adquirir novas habilidades, a dificuldade de se desligar do trabalho, dentre outros fatores, levam a uma sobrecarga que pode acarretar em graves consequências para sua saúde.

Algumas dificuldades de pesquisa foram encontradas no decorrer da dissertação, no início desta, tive um objetivo de avaliar a saúde dos docentes de escolas municipais e estaduais de Araguari – MG, onde resido. Primeiramente no dia 13 de Jun de 2019, fui na Secretaria Municipal de Educação de Araguari, falar com o secretário, mas ele não se encontrava, fiquei de ligar no outro dia para ver se ele estava para voltar lá, a secretária me disse que não poderia me encaminhar para a responsável pelos documentos sem passar por ele. Dia 14 de Jun de 2019, voltei novamente no período da tarde e o secretário não se encontrava novamente. Dia 17 Jun de 2019, encontrei o secretário e consegui expor sobre meu projeto, ele disse no que for necessário, eles iriam me ajudar, me encaminhou para uma responsável que ficou de me passar números até dia 26 de Jun de 2019, dos docentes afastados e aposentados por invalidez. Dia 11 de Jul de 2019, fui no Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Araguari para conversar com a responsável sobre os documentos. Ela me disse que é para voltar em outro dia para conversar com a gerente do setor. Após foi pedido à coordenadora do Mestrado da Uniube um ofício (Anexo) para ser entregue a direção de cada escola, com intuito de ter acesso aos documentos e consequente dados. No mês de Agosto foi entregue ofícios para todas escolas estaduais e municipais, estou no aguardo das devidas respostas. Após algum tempo de espera não obtive nenhuma das escolas, ouve relatos de poucos funcionários, férias, muito trabalho, afastamentos, etc.

Dia 20 de Ago de 2019, enviei email ao SEPLAG para pedir dados e no dia 09 de Set de 2019 obtive resposta: Esclarecemos que a solicitação configura pedido desproporcional, uma vez que exigiria levantamento de dados dos últimos 10 anos. Esclarecemos, ainda, que o Sistema de Informações da Superintendência Central de Saúde do Servidor e Perícia Médica visa, principalmente, a publicação dos períodos de afastamento dos servidores públicos, não contabilizando os dados da forma solicitada, o que exigiria trabalho de pesquisa e consolidação de difícil execução. Também que não é possível separar os afastamentos de acordo com as doenças, uma vez que o CID é sigiloso. Diante do exposto e com base no art.16, I, II e III, do Decreto 45.969/2012, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo, e visto o dever de sigilo médico, não há como atender o presente pedido.

3 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR

A proposta deste capítulo é ampliar as discussões sobre o trabalho do professor, ou seja, entender como o contexto educacional brasileiro e a falta de condições de trabalho podem resultar em estresse, depressão e outras doenças para este profissional.

3.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A formação continuada de professores é um tema indispensável quando se discute sobre a melhoria da educação brasileira, considerando que este é um elemento fundamental para que o docente diante da complexidade do trabalho docente exerça a sua prática diante das demandas exigidas no atual contexto brasileiro. Para que haja um bom desempenho no ensino é essencial que o educador esteja qualificado, mas será que as academias preparam o suficiente este profissional? Será que a partir de uma pós-graduação um professor pode se considerar apto? Segundo Paulo Freire, “a formação do educador deve ser permanente e sistematizada, porque a prática se faz e refaz”. (GADOTTI, 2006, p.59). Partindo deste princípio, percebe-se que a formação deve ser contínua, visto que nada é permanente. Trabalhar na EJA (Educação de Jovens e Adultos), assim como em qualquer outra modalidade de ensino da educação básica, requer preparação. O professor precisa refletir sobre sua prática educativa e buscar por novas perspectivas de ensino e aprendizagens.

É importante salientar que o educador brasileiro dentro do contexto da educação básica tem a prerrogativa de intervir, através de seu trabalho, na transformação social, pois sua formação tem como intuito a preparação de outras pessoas para o mercado de trabalho, sendo assim uma atividade bastante complicada, que necessita formação rígida e de maior qualificação, não somente inicial, mas sim contínua e que possibilite diversas formas de superar os diversos desafios existentes no contexto educacional.

As condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar podem afetar as funções psicofisiológicas. Se não há tempo para a recuperação, são desencadeados ou precipitados os sintomas clínicos que explicariam os índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais e isso gera para o professor sofrimento e mal estar, tendo este profissional que procurar ajuda especializada para ter uma melhor qualidade de vida. Em Minas Gerais, os profissionais da educação tem queixas parecidas com o do resto do país, o afastamentos por problema de saúde são uma grande preocupação por parte do governo

estadual, porém as metas por uma educação de qualidade tem feito muitos professores procurar ajuda médica para manter a sanidade mental e a saúde física.

Assim, para orientar de forma prática esses profissionais é preciso trabalhar com palestras e oficinas que tendem orientar os professores no uso da sua voz, na melhoria de postura ajudar nos cuidados e promoção da saúde, é importante salientar que proposta é trabalhar com métodos de promoção e manutenção da saúde. Essas oficinas funcionariam como uma ferramenta de suporte para os professores discutirem formas e métodos de tornar o seu trabalho no contexto de sala de aula, ou seja, formas de turmas lotadas e indisciplina principalmente, sendo essas as principais causas do adoecimento em sala de aula.

É importante destacar que o trabalho na educação básica exige do professor, além da formação inicial que deveria ser a nível de graduação, a formação continuada, entendida como a capacitação em serviço, representada pela realização de cursos de suplência e/ou atualização dos conteúdos curriculares de ensino. Assim, o professor necessita dominar técnicas e metodologias capazes de, não somente adentrar o universo dos educandos, como também de fazê-los compreender que sua busca por concluir os estudos vale a pena. Neste sentido, o principal objetivo da Educação de Jovens e Adultos é auxiliar cada indivíduo a tornar-se tudo aquilo que tem capacidade para ser. (GOMES, 2011).

Quando se discute a formação do educador que é uma das diretrizes desta tese, deve-se ter um olhar mais ampliado, considerando a história, conquistas e desafios que essa modalidade de ensino galgou nos últimos anos, e atualmente passa por um momento de transição, que Arroyo (2007) considera como um processo de formação. Portanto, para compreender o processo de formação de educadores, não se deve fazer uma análise direcionada apenas para a formação inicial, mas também para a formação continuada, vivenciada na rede de ensino e das escolas. É importante destacar, bem como questionar, se esta formação continuada contribui para a prática docente dos professores.

No Brasil, com a ampliação da educação básica, estendeu também a educação de jovens e adultos que vem acontecendo desde o período colonial, que Cunha (1999), referência como “aspecto religioso” para a época, que posteriormente, o governo brasileiro empreendeu outras iniciativas na oferta da educação para jovens e adultos através de políticas públicas oriundas dos anseios dos movimentos sociais. O acesso à escola se dava apenas para aqueles que possuíam condições financeiras favoráveis, expondo a exclusão social das demais classes, acentuando a desigualdade entre as classes sociais. Na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, momento em que o Brasil inicia seu processo mais intenso de industrialização, o fator

educação fica em evidência, devido às exigências que o momento histórico exigia dos seus trabalhadores, ora formados pelo público jovem e adultos. (CUNHA,1999)

Em termos legais, mesmo tendo se tornado uma responsabilidade do Estado na década de 1940, apenas em 1971, por pressão popular para uma educação de qualidade e escolas melhores e em maior quantidade para todos, levou a Constituição Federal de 1988, a estender o direito à educação básica aos jovens e adultos como um dever do Estado, afirmando sua obrigatoriedade e gratuidade, assim a EJA ganhou destaque na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/2006 (BRASIL, 1996).

Segundo Arroyo (2007), o governo Federal trouxe incentivo financeiro para as escolas públicas, determinando a criação do Sistema Nacional de Educação a Distância com a intenção de promover o acesso à formação continuada para o professor. Esse tipo de formação torna-se importante, por alcançar qualquer professor em qualquer parte do País, articulando formação inicial, melhoria nas condições de trabalho, salário e carreira.

Porém, Saviani (2001) afirma que a formação continuada não deve se restringir à resolução de problemas específicos de sala de aula, mas contribuir para que o professor ultrapasse a visão compartimentada da atividade escolar e passe a analisar os acontecimentos sociais, contribuindo para sua transformação. Assim, a formação dos professores deve ser orientada por uma teoria. Sem desconsiderar a importância da prática, é preciso ressaltar a teoria não só para uma reflexão sobre novas possibilidades ao acesso do conhecimento, como para uma análise da própria prática. Sem uma formação teórica sólida fica difícil, por exemplo, fazer uma análise histórica sobre a profissão docente, a escola e o conteúdo a ser ensinado no contexto social atual. (GATTI, 2008).

Concebe-se aqui a formação continuada em serviço tendo a escola como espaço de formação porque desta forma aquela se articula melhor às condições de trabalho e tempo de professores. É no “chão” da escola que propostas de mudança devem ser levantadas, discutidas e concretizadas no projeto político pedagógico garantindo um processo formativo que promova a tomada de consciência para a construção da escola democrática (GATTI, 2008).

Saviani (1997) aponta que as políticas educacionais serão marcadas, a partir de então, pela “valorização dos mecanismos de mercado, apelo à iniciativa privada e às organizações não-governamentais em detrimento do lugar e do papel do Estado com a conseqüente redução das ações e investimentos públicos”. Sua análise crítica dará ênfase ao “empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as Organizações Não-Governamentais”.

É preciso entender que ao traçar um perfil dos professores é preciso reconhecer que este profissional tem feito um diferencial para o país, isto porque muitos encaram turmas lotadas, não tem material pedagógico suficiente, além de ser os profissionais que sofrem mais violência no local de trabalho e isto afeta diretamente a saúde, tendo sintomas físicos e emocionais, assim precisaram de apoio integrado para enfrentar os desafios em sala de aula. Então a preocupação é fazer cartilhas que possam ajudar o professor a entender o processo doença e saúde e assim procurar ajuda especializada e com ajuda das Secretaria de Educação poderia fazer circuitos de palestras com profissionais especializados.

Na verdade, o que Saviani crítica é o fato da política educacional, entendida na ótica republicana como questão pública, logo uma política a ter tratamento prioritário pelo Estado, passar a submeter-se, na ótica neoliberal, às regras do mercado. No seu entender, é visível o deslocamento que se processava no tratamento da questão educacional. De uma questão política da democracia (garantia do acesso a um direito social básico), as políticas da educação transferem-se para o espaço da economia e das finanças. Ademais, com a intervenção de novos atores políticos no cenário educacional (instituições financeiras e organismos de fomento internacionais), importam-se para o campo da educação abordagens, conceitos e metodologias que, originariamente, tinham sido concebidas para o mundo da empresa. Exemplos disso podem ser vistos na assimilação dos conceitos de “autonomia de gestão”, “qualidade” e “produtividade” e as abordagens e metodologias que respondem pelo nome de “planejamento estratégico” e “contrato de gestão”. (SAVIANI, 1997)

3.2 OS PRÍNCÍPIOS EDUCACIONAIS E O PAPEL DO PROFESSOR

As repercussões sobre a escola são vistas com a proposição de novas bases para sua organização: autonomia escolar, qualidade do ensino, projeto político-pedagógico e gestão democrática. No Brasil, um exemplo de como esses princípios articulam políticas se verá, no início dos anos 1990, com a implementação do sistema de avaliação de rede, tendo por eixo o desempenho da escola; desempenho entendido por meio dos critérios de quantidade e de produtividade a serem observadas e mensuradas, donde a importância do estabelecimento de metas e de estratégias de gestão, como o planejamento estratégico e o contrato de gestão.

No entanto, ver-se-á ainda uma série de unidades da federação experimentar programas de melhoria das redes de ensino, fundados nas teorias do Capital Humano e da Qualidade Total. Esses programas apoiam-se em princípios educativos, dentre os quais merece referência a ideia de formação de pessoas polivalentes no trato com os novos instrumentos de trabalho, com vistas a torná-las ágeis e flexíveis no manuseio desses instrumentos e na tomada de decisão.

Segundo Paulo Freire (1979) o professor é apenas um ajustador do aluno em relação à alfabetização (aprendizagem), esse aluno é quem deve criar o saber, criar no sentido de fazer a alfabetização de dentro pra fora. Esse saber não tem de ser entendido como algo que é posto ou doado pelo professor ao aluno. Em razão disso procura-se método capaz de fazer instrumentos tanto do professor quanto do aluno e que identifique o conteúdo da aprendizagem com o processo de aprendizagem, ou seja, o conteúdo quando relacionado com a realidade do mesmo oferece muito mais sentido do que cartilhas que fazem o analfabeto mais à condição de objeto do que de sujeito. Um problema visto na prática é o uso de materiais didáticos e metodologias inadequadas que vem se arrastando desde a década de 70 e isso proporciona a alienação do educando. O melhor método é utilizar o próprio aluno, acreditando na sua capacidade de pensar e refletir, fazendo com que ele mesmo acredite nisso, assim ele entende sua função social no lugar e no tempo.

Ao longo das últimas décadas, as críticas têm posto em evidência características das políticas e práticas de formação que informam a separação entre a teoria e a prática, a centralidade nos saberes científicos, o entendimento da prática pedagógica como mero campo de aplicação da teoria, o tratamento descontextualizado dado ao trabalho pedagógico e o não reconhecimento do professor como produtor de conhecimentos, com sua redução à condição de simples consumidor de teorias e aplicador de modelos curriculares e novas técnicas de ensino (SANTOS, 2010). A articulação entre essas características teria contribuído para a afirmação de uma concepção fragmentada da docência, pela materialização de uma prática formativa de natureza técnico-instrumental e pelo não reconhecimento do valor explicativo e orientador dos saberes gerados na experiência e no cotidiano docente. A crítica a tais atributos toma vulto no debate social e acadêmico, com a emergência de abordagens fundadas nas teorias críticas, dentre as quais se destaca a contribuição de Paulo Freire. (SANTOS, 2010)

O pensamento de Freire afirma a humanização como finalidade da educação, diz da prática educativa como prática social, circunscrita em contextos, escolares ou não escolares, permeada por contradições, tensões e conflitos, diz ainda da prática pedagógica imbuída de caráter transformador, a histórica natureza finita, limitada e inconclusa do ser humano e o imperativo do educar contínuo, ao longo da vida e põe em relevo a questão ética-política que tem relação com a finalidade da educação. Esse conjunto de ideias pedagógicas sobre o processo educativo coloca questões e requerimentos para a formação de professores, de modo a que ela se faça a partir do conhecimento e da crítica do existente, problematizadora do existente, contextualizada, porque historicamente datada e localizada, e transformadora. Por ser, ela também, uma prática educativa, a formação de professores é tomada como uma prática

abrangente em seus conteúdos, complexa em seus requisitos e profunda em sua finalidade. Uma prática que necessita ser permanente.

A formação de professores é um processo permanente que incorpora as dimensões inicial e continuada. Visto de forma ampla, ultrapassa as ofertas e práticas formais originadas nas políticas públicas e educacionais, inscrevendo-se também no cotidiano do exercício profissional como uma prática pedagógica escolar efetiva. Nesse caso, a formação nem é superestimada, nem tampouco subestimada, mas imprescindível ao ofício de professor/professora tanto quanto a compreensão e a opção por um projeto educacional que se configura como orientação e conteúdo da prática pedagógica.

Na perspectiva freiriana, o projeto de educação que ganhou o mundo, conhecido como pedagogia do oprimido - não o livro – é o projeto que se refere na “educação em favor da emancipação permanente dos seres humanos, considerados como classe ou como indivíduos, [educação que] se põe como um quefazer histórico em consonância com a também histórica natureza humana, inclusive, finita, limitada” (FREIRE, 1991, p. 72).

Essa perspectiva de educação e de formação de professores/as se diferencia de outras a partir de algumas exigências que ela faz face ao projeto que reivindica e se propõe. Essas exigências encontram em Paulo Freire respostas como aportes para a reflexão como para as vivências, as quais consideramos como princípios úteis aos processos formadores. São eles: (1) a formação seja ela inicial ou continuada solicita um contexto de problematização da realidade; (2) a escuta como fundamento do diálogo é uma prática e também um conteúdo indispensável no processo de formação; (3) o tempo é uma dimensão fundamental para a materialidade das políticas e da intencionalidade educativa; (4) a relação dialógica é expressão da relação teoria-prática que traduz a concretude de uma concepção formadora. (FREIRE, 1991, p. 72).

Problematizar é tomar a educação e seu projeto cultural, histórico e socialmente situados, como objeto sobre e a partir do qual reflete o educador em formação. É tomá-los não como realidade pronta e acabada, mas como ato de conhecimento que requer a aprendizagem do pensar, do refletir rigoroso, crítico, problematizador. É realizar o duplo movimento de pensar a educação e seu projeto cultural e, ao mesmo tempo e de forma indissociável, proceder a aprendizagem do pensar. Aprender a pensar o real e com o real não significa pensá-lo isoladamente ou reduzi-lo a um conjunto de métodos e técnicas do pensar. Não significa reduzir o ato de conhecer a uma mera transferência do conhecimento existente (FREIRE; SHOR, 1986, p. 18), ato em que o educador se torna o “especialista em transferir conhecimento” (ibidem). Freire aduz ao fato de que uma compreensão correta (“pensar certo”) requer um ciclo gnosiológico constituído pelo duplo movimento de conhecer o conhecimento existente e

produzir um conhecimento novo, movimento não é composto de momentos dicotomizados, isolados (primeiro um, depois o outro; primeiro isso, depois aquilo), mas que entre si mantêm relação dialética. Requer não tomar o conhecimento existente sobre o existente como verdade inquestionável, mas fomentar a dúvida, a incerteza, sem receio do produzir conhecimento divergente. Requer ainda emprestar a necessária qualidade à produção, que implica criar condições em que medrem a inquietação, a curiosidade, o questionamento exigente, a reflexão crítica e rigorosa, a problematização. Tais movimentos se realizam de forma individual e coletiva, na interação entre sujeitos cognoscentes e conhecimento.

Problematizar, então, parte da realização de estudo do contexto/realidade individual e coletiva, seja de pessoas, de grupos ou de circunstâncias; cria situações de aproximação sucessiva com a realidade através de diversos ângulos (leitura dos textos, fatos, fotos, depoimentos) de modo a conhecer seus contornos e as múltiplas leituras. Assim, a problematização pode conduzir a demandas de ações e de intervenções.

Nessa direção, problematizar é mais que construir perguntas ou que dar respostas a perguntas, mas também um requerimento de reflexão, de discussão, de estudos, realização de levantamentos e estudos dos materiais disponíveis. Assim, tomando as palavras de Paulo Freire, há necessidade de se construir um “repertório dos anseios, dos sonhos, dos desejos...” [que constitui] “uma das vantagens de um trabalho assim está em que a própria metodologia da pesquisa a faz pedagógica e conscientizante” (FREIRE 1991, p. 32).

Em outras palavras, a formação de professores numa perspectiva histórico-crítica requer a criação e a organização de situações problematizadoras da realidade, levando em consideração os dados de objetividade-subjetividade dos sujeitos e suas circunstâncias. Ela não se limita a aprendizagens de conteúdos disciplinares, embora não os exclua, ela não cessa na aquisição de metodologias do ensinar e do aprender, embora não as desconsidere, ela não se restringe ao domínio de um saber fazer pedagógico, embora não o descarte.

Não há exercício do diálogo sem o exercício da escuta atenta, nem sem o silêncio como uma atitude fundamental no espaço da comunicação. É escutando que se aprende a falar. Em Freire é possível identificar a escuta como atitude, saber da formação e como prática pedagógica docente. Mostra ele a importância pedagógica e social de “escutar o educando em suas dúvidas, em seus receios, em sua incompetência provisória. E ao escutá-lo, [reafirma] aprendo a falar com ele” (1996, p. 135).

Na atualidade, as entidades representativas da formação de professores vêm há décadas reivindicando uma política global para a formação de professores em consonância com os estudos na perspectiva que aponta como requerimento a formação e a valorização dos/das

profissionais da educação de forma inicial e continuada, mediante a instituição de planos de cargos, carreira e remuneração (PCCR), que garantam um piso salarial profissional nacional articulado ao custo-aluno de qualidade, com garantias de jornada de trabalho em uma única instituição educativa, com tempo destinado à formação e ao planejamento, com condições dignas de trabalho e definição de um número máximo de estudantes por turma e por professor.

O caminhar freiriano demonstrou que esses princípios constituem a relação teoria prática na sua atuação docente e de gestor da educação. Daí que ele valorizou a formação a partir do princípio da formação permanente como inerente à natureza humana, própria da infinitude do conhecimento e inclusão do sujeito, fundada, sobretudo, na reflexão sobre a prática; preocupou-se com as condições materiais dignas para o exercício da profissão como ato político e dimensão ética e estética constituídos por salários dignos, uso bem feito do tempo e carreira; a teoria da educação problematizadora como referência para pensar/construir o sonho coletivo de colocar a escola a serviço da humanização do sujeito a partir da justiça curricular.

Freire destaca que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (1996, p. 43- 44). Freire (2001a, p.72) já alertava na década de 1990 para os perigos dos modelos de formação que “em lugar de apostar na formação dos educadores o autoritarismo aposta nas suas ‘propostas’ e na avaliação posterior para ver se o ‘pacote’ foi realmente assumido e seguido”. Antecipando-se ao debate dos especialistas, Freire defendia que “[...] formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”. (FREIRE, 1996, p. 15). Freire acrescenta a essa concepção que a própria “natureza formadora da docência, que não poderia reduzir-se a puro processo técnico e mecânico de transferir conhecimentos” (2001a, p.39). Destaca, ainda, que:

A melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática. É pensando sua prática, naturalmente com a presença de pessoal altamente qualificado, que é possível perceber embutida na prática uma teoria não percebida ainda, pouco percebida ou já percebida, mas pouco assumida. (FREIRE, 2001a, p.72).

Destaca, ainda, que a formação do professor não é um processo que se restringe a formação inicial, sendo mais do que uma necessidade do professor, trata-se de uma necessidade ética da qualidade de ensino e crítica da própria atividade.

A responsabilidade ética, política e profissional do discente lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação

permanente do discente. Formação que se funda na análise crítica de sua prática. (FREIRE, 2003, p. 28).

Neste sentido, este conceito se liga à ideia do desenvolvimento profissional dos professores que inclui os espaços profissionais próprios da profissão docente. Ponte (1994, p.7), ressalta que para o desenvolvimento profissional há a necessidade de se “considerar a prática letiva e as restantes atividades profissionais, dentro e fora da escola, incluindo a colaboração com os colegas, projetos de escola, atividades e projetos de âmbito disciplinar e interdisciplinar e participação em movimentos profissionais”. Apoiado na premissa de ‘incompletude nos seres humanos’ que Freire gesta, formula e implementa a concepção de formação permanente durante o período que exerceu o cargo de secretário municipal de educação na cidade de São Paulo (FREIRE, 2001b, P. 65).

Freire (1996, p. 24), destaca que a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”. Na mesma direção, Zeichner (2002, p.44) defende que “A reflexão significa também o reconhecimento de que a produção do conhecimento, não é uma propriedade exclusiva dos centros universitários”. Não podemos cair num ponto de rejeitar o conhecimento universitário, o que seria um erro tão grave como na perspectiva oposta de desprezar o conhecimento gerado na escola.

É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, p. 25).

Sobre o modelo de formação, cabe diferenciar o modelo ideal e o que comumente vem sendo aplicado, problematizando a ideia de que a lógica de racionalização da educação acaba por imprimir um caráter de treinamento à prática de formação que se mostra totalmente contrário à tarefa da educação nos moldes pensados por Freire.

Como educador, eu sei o que significa a formação. É por isso que brigo tanto com os americanos, pois resisto a aceitar que training equivale a formação. Formação é muito mais que training. Então, a formação dos educadores e a análise sobre ela tem muita importância. (FREIRE, 2001b, p. 227).

Sabe-se que a escola na atualidade sofre com o desenvolvimento acelerado que ocorre a sua volta, onde as informações são atualizadas em função de segundos, ocasionando de certa forma, o desgaste e o comprometimento das ações voltadas para o aprimoramento do ensino,

fazendo com que a sala de aula se torne um ambiente de pouca relevância para a consolidação do conhecimento, tornando a vivência social o requisito primordial para a busca de aprendizado.

Sabemos, também, que a mudança acelerada do contexto social influi fortemente no papel a desempenhar pelo professor no processo de ensino. O professor deve apresentar uma postura norteadora do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração que sua prática pedagógica em sala de aula tem papel fundamental no desenvolvimento intelectual de seu aluno, podendo ele ser o foco de crescimento ou de introspecção do mesmo quando da sua aplicação metodológica na condução da aprendizagem e isso pode causar no profissional adoecimento. Em Minas Gerais, os sindicatos têm buscado formas de ajudar os professores no contexto de sala de aula, ou seja, com toda essa carga de responsabilidade em proporcionar saberes aos alunos foi preciso articular um plano de intervenção de saúde para ajudar o profissional da linha de frente, e assim foi necessário firmar convênios com instituições de saúde que tratem inúmeras doenças laborais, isto mostra que a preocupação é fazer com que esses profissionais não sintam aparados e assim voltem quando puder ao contexto de sala de aula.

Nesse sentido, Freire (2002) defende que nosso papel político no mundo não deve ser o de quem apenas constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências, constatando não apenas para se adaptar, mas para mudar, pois, constatando é que nos tornamos capazes de intervir na realidade. Assim, nas próprias palavras de Freire (2000, apud FURLAN e NASCIMENTO, 2007, p. 3):

O exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo. Freire (2000, apud FURLAN e NASCIMENTO, 2007, p. 3):

Reconhecendo que “não podendo a escola resolver tudo, deve resolver o que lhe cabe” (DEMO, 1993, p. 80) e reconhecendo também que “a função principal da escola é ensinar e que, portanto, o resultado que dela deve ser esperado e cobrado é a aprendizagem do aluno” (MELLO, 1994, p. 67), é nesse sentido que podemos nos empenhar. Para nós, pedagogos, como agentes corresponsáveis pela qualidade do ensino, a formação continuada do professor torna-se um constante desafio em nossa ação escolar, mesmo diante de todas as iniciativas nesse sentido disponibilizadas pelos órgãos competentes, nas esferas federal, estadual ou municipal.

E, como nossa função se efetiva na prática, para que nossa ação tenha êxito é imprescindível um aprendizado contínuo na busca de novas estratégias e caminhos, ou seja, da renovação e inovação constantes, com muita reflexão, tolerância, diálogo, parceria e participação coletiva, fortalecendo, assim, a autonomia e incentivando a criatividade nas

instituições educacionais sob nossa responsabilidade. Nesse sentido, Libâneo (2000, apud MENDES, 2007, p. 1) questiona:

Como ajudar os professores a se apropriarem da produção de pesquisa sobre educação e ensino? O que significa “qualidade de ensino” numa sociedade que caibam todos? Como potencializar a competência cognitiva e profissional dos professores? [...] Como introduzir mudanças nas práticas escolares, partindo da reflexão na ação? Que ingredientes do processo de ensino e aprendizagem (e que integram, também, as práticas de formação continuada em serviço) levam a promover uma aprendizagem que modifica o sujeito e o torna construtor de sua própria aprendizagem. (LIBÂNEO 2000 apud MENDES,2007 p.1)

Esses questionamentos apontados nos direcionam a uma análise profunda e detalhada, servindo como ponto de partida para propormos criar na escola um espaço para intercâmbios de experiências e práticas docentes, possibilitando a busca de novas estratégias ou alternativas coerentes com um novo caminhar. Na concepção de Garrido (2005, apud SILVA e COLLI, 2007) considera essa tarefa formadora, articuladora e transformadora, de certa forma difícil. Primeiro por não oferecer fórmulas prontas e sim mostrar a necessidade de criar soluções de acordo com cada realidade. E segundo, porque mudar o que está posto, com novos modelos, novas técnicas, significa reconhecer deficiência no trabalho, significa enfrentar conflitos entre os envolvidos, pelo fato dos valores, pela visão de mundo e os interesses serem diferentes.

Sabe-se que entender o contexto da saúde dos professores é essencial, isto porque a educação brasileira está passando por um período de transformação e os professores estão expostos a um contexto em que educação é a única ação capaz de impulsionar o mercado brasileiro, sendo responsável por fornecer mão de obra, então o papel do professor é ajudar os seus educandos a conseguir seus objetivos e assim transformar a economia do país. Trata-se, portanto, de uma escola em que se ensine bem aquilo que os alunos precisam aprender, pois, sem o domínio do saber, eles não alcançarão a liberdade e muito menos a possibilidade de agir e de transformar a sua realidade”. Assim, uma escola sem professor não existe, ou seja, este profissional faz toda a diferença na educação e se o Brasil quiser ser um país com menos desigualdade social precisa investir em melhores condição de trabalho para os professores. (ASSIS, apud GRINSPUN, 1996, p.5)

3.3 FATORES EXPLÍCITOS QUE AFETAM A SAÚDE DOS PROFESSORES

As partes finais da introdução deste trabalho, descreveram como funciona a educação básica no Brasil, a preocupação do governo brasileiro tem sido em fortalecer a educação básica transformando-a, fazendo isso poderia se reduzir as desigualdades sociais, pois se houver uma base sólida muitos brasileiros não teriam dificuldades de acesso ao ensino superior e aos cursos

profissionalizantes e isto poderia ser um diferencial na redução do desemprego e ampliação da mão de obra especializada.

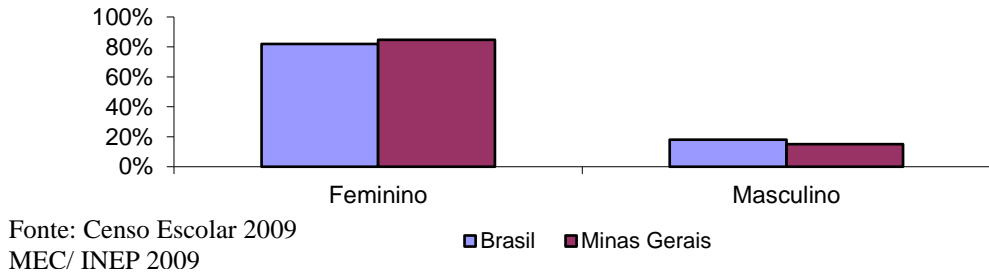
Percebe-se que os professores são os grandes responsáveis pela educação no país, cabe a eles ensino de forma diferenciada e com qualidade, mas é importante entender o perfil dos professores. Assim, para ilustrar as possibilidades de conhecer o professorado brasileiro era necessário pesquisa e estudar o Censo Escolar de 2009 e comparar com os dados do Censo de Escolar de 2019 que apresentam um estudo detalhado, uma síntese das informações relativas que envolveram um total de 1.882.961 docentes nos dois anos que conformam o universo da pesquisa e assim oferece uma pequena mostra da valiosa contribuição dos levantamentos estatísticos educacionais para o desvelamento da realidade educacional brasileira.

É importante salientar que os dados colhidos do Censo Escolar 2009 e 2019 possuem uma abordagem metodológica, pois é um instrumento de consulta e de acompanhamento da evolução da qualidade da Educação no País, contribuindo para qualificar o debate e enriquecer a compreensão sobre as conquistas das décadas recentes, o quadro atual e as perspectivas futuras no ensino que é oferecido às crianças e aos jovens de todo o país. No entanto, os dados apontam a realidade da educação do Brasil, levando em consideração os dados de cada estado, a proposta é destacar os dados de Minas Gerais em relação ao Brasil, fazendo um estudo paralelo, comparativo e inclusivo, isto porque a proposta deste trabalho é traçar o perfil dos professores de Minas e verificar sua condição de saúde. Além disso, os dados do Censo Escolar são completos e aborda a realidade de cada estado do país, no entanto, somente os dados de Minas Gerais serão levados em consideração, os demais dados serão excluídos por não ter significado para o trabalho.

A responsabilidade feminina pelo trabalho doméstico é relevante, ainda uma atribuição mais das professoras do que dos professores, mesmo dado o processo de profissionalização destas mulheres. A dupla jornada de trabalho, profissional e doméstico são origens das desordens na saúde. Vale lembrar que as mulheres apresentaram menores níveis de qualificação formal, sendo a necessidade de realizar a dupla jornada de trabalho um possível obstáculo ao avanço profissional. Esses dados buscam comprovar não somente o perfil dos professores, mas aprofundar no sistema da educação básica e assim traçar o perfil dos professores de forma a verificar como esses fatores explícitos podem afetar sua saúde de forma indireta. Os resultados do Censo Escolar de 2009 e 2019, apontaram as seguintes observações: No gráfico1 mostra que o perfil dos professores é predominantemente feminino, assim, os profissionais que lecionam da educação infantil até o ensino médio, além de atuar na educação profissional são em sua

grande maioria mulheres que possuem uma vasta carga horária de trabalho esse é um fator explícito e significativo que pode afetar a saúde. Isto pode ser observado no gráfico 1:

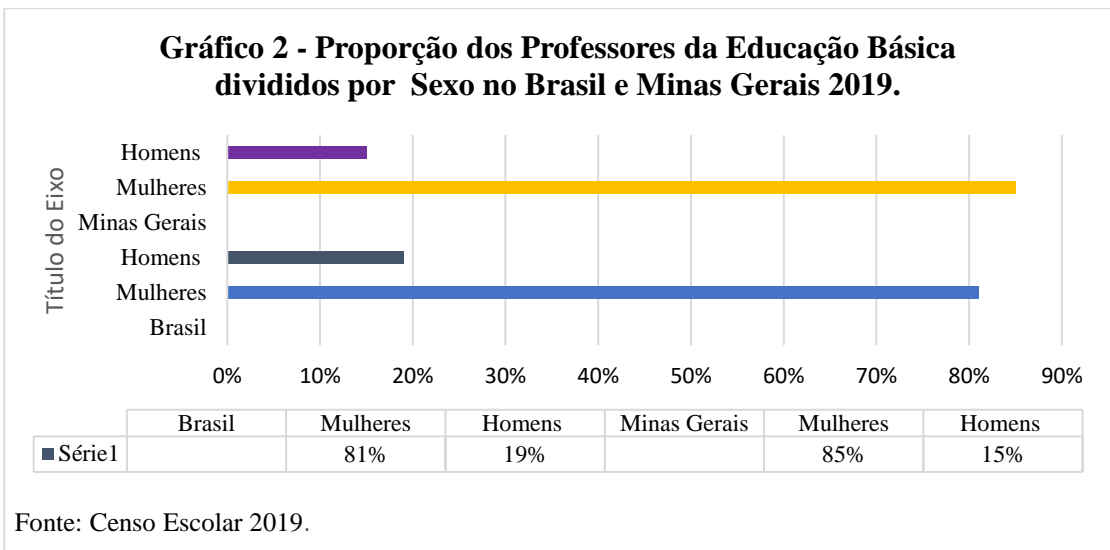
Gráfico1 - Proporção dos Professores da Educação Básica divididos por Sexo no Brasil e Minas Gerais, 2009



Percebe-se no gráfico 1 que nas etapas iniciais a presença do sexo feminino é predominante, tanto no Brasil, tanto em Minas Gerais que o perfil das professoras é 4% maior que os dados no Brasil. Os percentuais do gráfico mostram que 81,94% são dados do Brasil, e 84,84% mostram os dados dos professores de Minas Gerais.

Enquanto os dados do Censo Escolar 2019 apontam que as mulheres continuam maioria dos professores brasileiros e assim não seria diferente em Minas Gerais, porém os dados mineiros mostram que 4% a mais que a média nacional. Em comparação com os dados de 2009 não houve variação significativa com relação ao gênero dos professores. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Proporção dos Professores da Educação Básica divididos por Sexo no Brasil e Minas Gerais 2019.

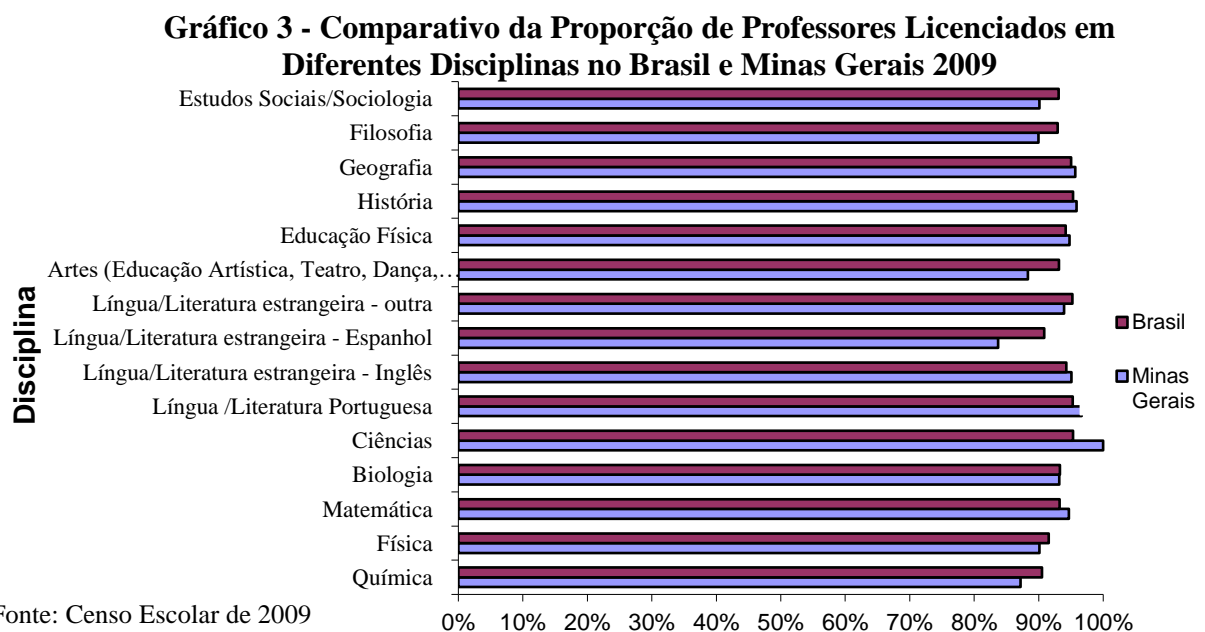


Ao avaliar as relações de gênero, questões relativas ao processo de qualificação tornam-se centrais. A superação dos conceitos que, historicamente, tem oposto trabalho remunerado e não remunerado, valorizado e desvalorizado, implica rediscutir as definições e concepções da qualificação numa perspectiva de gênero. Como aponta Kergoat (1989), pensar a qualificação

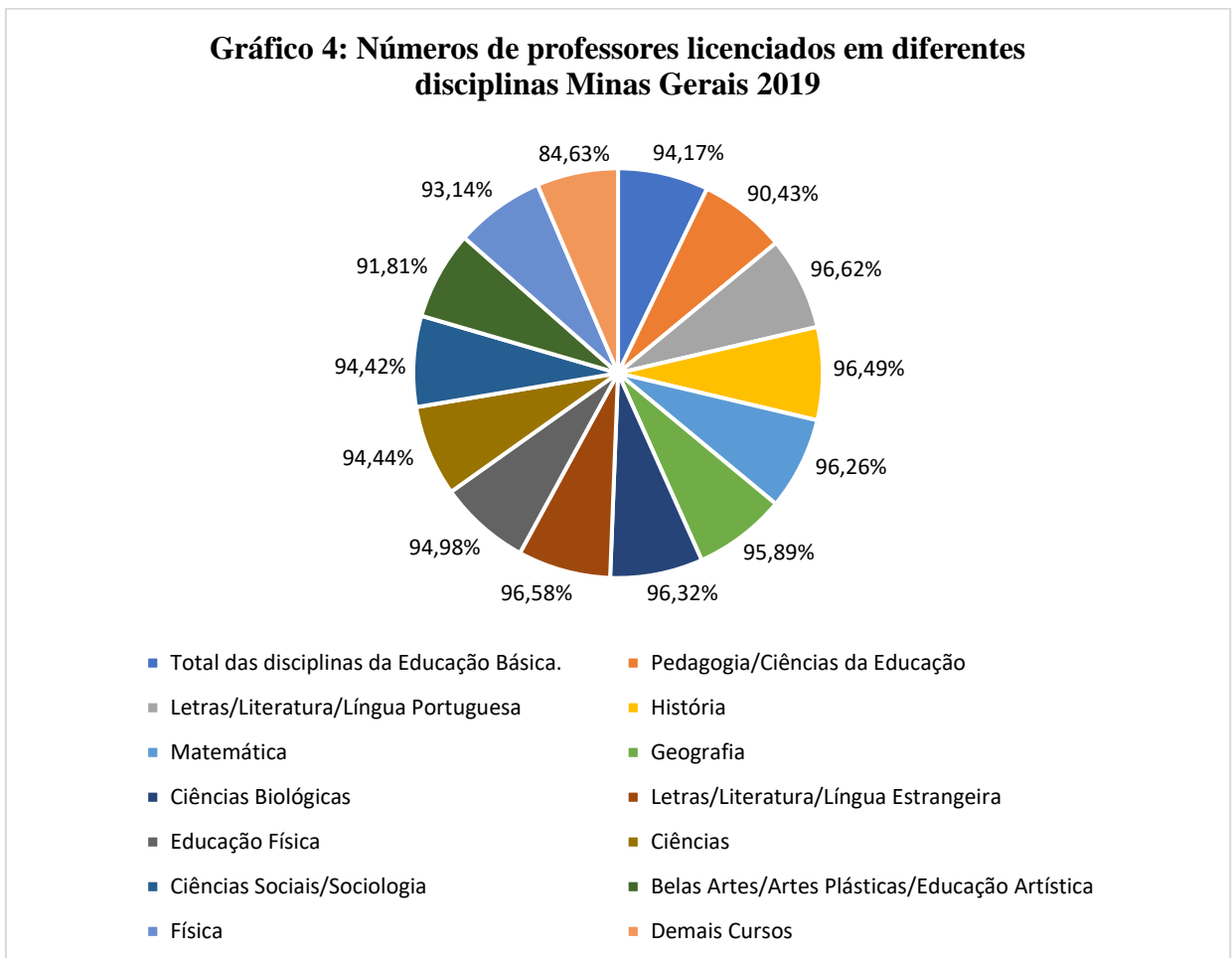
como um fenômeno sexual conduz ao rompimento das vias teóricas que separam público e privado, trabalho remunerado e não remunerado, pois enfatiza que é impossível pensar a qualificação das mulheres trabalhadoras sem intervir sobre o trabalho doméstico. Portanto, reconhecer a existência e o valor de tais processos deve ter o papel de recolocar as funções masculinas e femininas na sociedade. Além disso, o fato de a profissão representar mais um *locus* de realização pessoal para as mulheres, ao lado da família, também coloca questões ainda pouco conhecidas, especialmente no campo das representações e construções simbólicas em relação à saúde.

Além disso, como foi discutido nos subtítulos anteriores sobre a formação dos professores, foi necessário verificar quantos professores tem formação superior para trabalhar na educação básica no Brasil, pois a formação é um dos fatores de qualidade da educação. No Plano de Desenvolvimento da Educação (2009), a qualificação do docente constitui um de seus pilares de sustentação, com a criação do piso salarial nacional para o professor e o estímulo e a ampliação do acesso dos educadores à universidade.

É importante salientar que mesmo em regiões desenvolvidas como Minas Gerais, muitos professores não possuem formação para ministrar as aulas e assim as informações do Censo Escolar de 2009 mostram que as porcentagens vêm diminuindo, pois, as Secretarias de Educação buscam professores formados para lecionar nas diversas níveis da educação básica, além disso muitos professores reclamam mesmo tendo qualificação não possuem reconhecimento e nem tem condições adequadas de saúde. Assim, mostra no gráfico 3 o número de professores licenciados em Minas Gerais e no Brasil:



No que se refere à escolaridade dos professores da educação básica, os dados do Censo Escolar de 2009, demonstrados no gráfico 3, revelam um total de 1.882.961 docentes que possuem nível superior completo para atuarem como professores licenciados na educação básica, percebe-se que em todas as disciplinas contempladas por este gráfico, mais de 90% possuem formação adequada para atuarem no contexto de sala de aula. Além disso, percebe-se que os dados do Brasil e de Minas Gerais os dados são equivalentes e muito próximos, assim os dados do Censo de 2009 mostram que em Minas Gerais a licenciatura de Ciências possuem quase 100% de licenciados, números maiores que os dados do que do Brasil, porém nas demais licenciaturas termos proporções parecidas quanto ao requisito formação dentre eles pode-se apontar Língua Portuguesa, Matemática e História. (INEP, 2009)



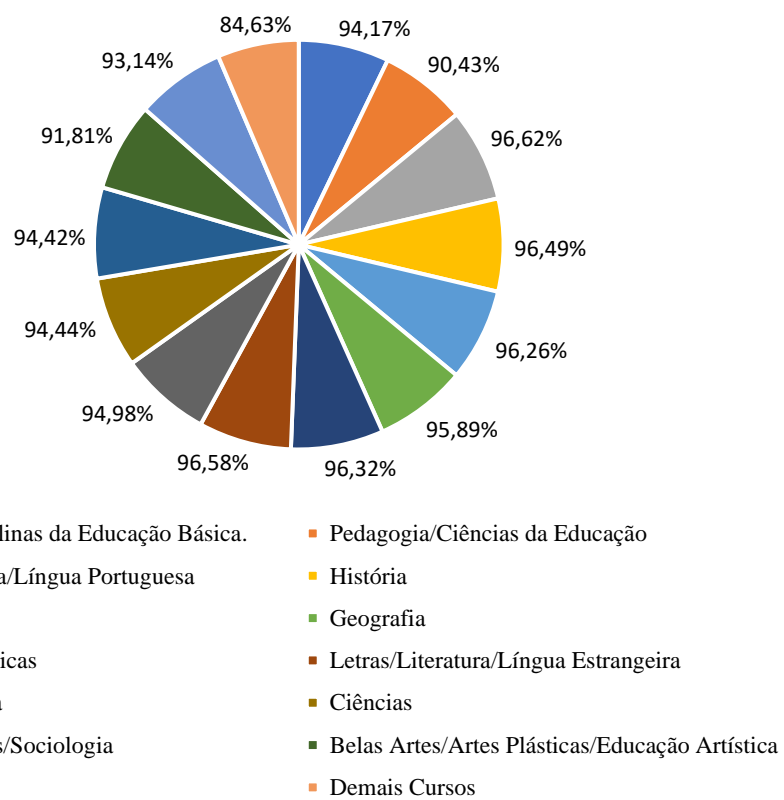
Fonte: Censo Escolar 2019/ MEC/ INEP 2019

Os dados do gráfico 4 trazem uma amostra dos professores licenciados em Minas Gerais, é importante salientar que os dados são do Censo Escolar de 2019 e mostra que os professores licenciados estão acima de 94% de todas as disciplinas da educação básica, isto porque a formação universitária é uma exigência das Secretária da Educação de Minas Gerais,

assim nos editais de concursos e designação somente é contemplado o professor com formação específica. A disciplina que possui maior índice de professores formados é Letras/ Literatura/ Língua Portuguesa, sendo as demais disciplinas que compõem a educação básica com uma porcentagem próxima uma da outra em média 1%.

Sabe-se que ainda há profissionais formados que tem licença para atuar na educação básica e de acordo com os dados representam 84,63% sendo de demais cursos, muitos desses profissionais atuam na zona rural e lugares menos acessíveis e assim atuam como professores monitorados pela secretária da educação. Assim, os profissionais mais qualificados encontram melhores colocações em regiões urbanas, e pessoas que aceitam trabalhar nas regiões rurais são formados em áreas diversas é uma situação que espelha a desigualdade em diversas regiões de Minas Gerais. No entanto, tanto nas regiões rurais quanto nas urbanas, as formações de nível médio vêm se reduzindo, enquanto aumenta a presença de profissionais com formação de nível superior.

Gráfico 4.1: Número de professores licenciados em diferentes disciplinas no Brasil 2019.



Fonte: Censo Escolar 2019/ MEC/ INEP 2019.

Os dados do gráfico 4.1 representam os dados do Brasil tendo como referência o estudo do Censo Escolar de 2019, os dados do Brasil estão aproximados com os dados de Minas Gerais, havendo variação em pequenas porcentagens, por exemplo levando em consideração ao curso de Letras/ Literatura/ Língua Portuguesa 96,62% dos professores de Minas Gerais são formados, enquanto no Brasil apontam que 95,40% tem essa formação, uma variação de 1,22% a mais.

No entanto, os dados do Brasil mostram que os professores buscam uma formação para atuar na licenciatura, essa tendência está em conformidade com a LDB e com a Meta 15 do PNE (2014), ao estabelecerem, com a exceção descrita para o nível médio, que o requisito mínimo para o professor atuar na educação básica é a qualificação em nível superior. Os dados obtidos confirmam o fato de que as redes de ensino vêm, aos poucos, se adaptando às exigências estabelecidas pela legislação, e confirmam também a tendência de que professores de nível médio estão se formando em nível superior. O estudo do Censo aponta que 84% dos professores são formados cursos diversos, igualando com os dados de Minas Gerais, porém esses professores atuam em regiões de difícil acesso e também em zonas rurais. Os cursos de Letras e Matemática tem os maiores percentuais de formados e são as disciplinas que possuem o maior número de aulas no contexto da educação básica, sendo sua aprendizagem verificada por meio de provas externas, e cursos como História e Geografia também possuem muitos formados no contexto brasileiro.

Na LDB (1996) , Art. 62 explica que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL,1996)

Por conseguinte, a preocupação deste capítulo foi descrever as características dos professores que lecionam no estado de Minas Gerais, os dados mostram que Minas Gerais grande parte dos professores cerca de 90% possuem graduação comparado com os dados no Brasil isto implica um bom padrão de qualidade do ensino, além de ser um diferencial para os alunos. A maioria desses profissionais são do sexo feminino, principalmente as que lecionam nas séries iniciais que são ensino infantil e ensino fundamental. Como o trabalho é a respeito da qualificação dos professores alguns dados como raça, renda foram omitidos, pois não possuem a relevância.

Atualmente, no Brasil, a carreira docente passa por uma crise composta por vários elementos. Dentre eles, podem ser citados os baixos salários, as condições de trabalho por vezes

degradantes e as altas taxas de violência escolar. Apesar de reconhecidamente importante para a educação das crianças e dos jovens, à docência é vista como uma profissão que não compensa, pois traz pouco retorno econômico e pouco reconhecimento social, sobretudo, quando levados em consideração os desafios do contexto escolar e o nível de exigência próprios ao desenvolvimento da atividade. Nesse contexto, os cursos de licenciatura e, conseqüentemente, o magistério têm atraído pessoas com menores recursos socioeconômicos e culturais, que veem na profissão docente uma forma de ascensão em relação a seus grupos sociais de origem e também há falta de políticas públicas voltadas para educação. (GATTI et al, 2009)

Dados analisados por Souza e Gouveia (2011) mostram que o percentual de professores com formação até o nível médio se reduziu ao longo da década 1997-2007, enquanto professores com nível superior tiveram seus percentuais aumentados, mesma tendência encontrada pelo Relatório do Dieese de 2014 (Dieese, 2014a). Observa-se no Brasil os números de professores não licenciados são em torno de 35% segundo os dados do Censo Escolar 2019 eles atuam mais em zonas rurais, pois a maioria dos professores atuam na zona urbana e assim os percentuais de professores com formação no nível fundamental incompleto ou completo são quase desprezíveis, e o nível médio é o segundo nível de formação mais comum (21,3% em 2017), percentuais que vêm se reduzindo no período.

Assim, como analisado no parágrafo anterior os cursos de licenciatura estão em declínio, muitos jovens não querem ser professores, devido à violência em sala de aula, muitos sabem que a saúde dos professores está fragilizada devido ao cenário atual da educação. No entanto, é preciso entender que o declínio nos cursos de licenciatura pode comprometer o futuro da educação e precisa ser analisado com cautela pelas autoridades competentes. É preciso salientar que os números mostram que os professores são em sua maioria licenciados, porém como categoria sofre com péssimas condições de trabalho, assim o fator licenciatura passou a ter dois significados de que é importante para executar um bom trabalho, mas isso não é garantia de atendimento dos direitos básicos para os professores, estando a sua saúde comprometida por ter que lidar com tantas situações adversas em uma ambiente em sala de aula.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE DO PROFESSOR

A ênfase deste capítulo é explanar a importância da consolidação das políticas públicas para a educação, verificando os investimentos feitos e os impactos que modificaram a atuação docente, visto que esses profissionais desempenham um papel importante e decisivo no cenário atual.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação, por ser um dever do estado, da família e de toda a sociedade, deveria ser muito mais democratizada, com acessibilidade assistida e a cobrança, incessante, por parte do poder público quanto da sociedade, tendo em vista, que a sua essência depende dos esforços coletivos. É essa qualidade está restrita ao contexto da educação, que uma vez levada em conta, promoverá o desenvolvimento individual e social do homem além de propiciar a efetivação da perfeita cidadania.

Admite-se que se refaça uma profunda reflexão sobre as ações das políticas públicas na área educacional, descartando aspectos de pouca relevância e aprimorando os que possam gerar os efeitos necessários. Os programas educacionais implementados pelo governo tendem a ser úteis, desde que a sociedade não se debruce no comodismo esquecendo-se de exigir o seu íntegro cumprimento, pois o acesso e a permanência a uma educação de qualidade são direito de todos. (TEDESCO,1995)

Na verdade, todos aqueles que acreditam e reconhecem o direito à educação, devem exigir a efetivação de políticas, cujos almejos estejam voltados para a sua qualidade e não para estatísticas numerológicas que só servem para uma amostragem fictícia. A qualificação da educação brasileira depende dos programas ofertados pelo governo, da harmonia entre esse, as entidades formadoras e a sociedade que, por sua vez, deve refletir sobre os resultados.

As políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado com o envolvimento de compromissos e ações que possibilitem o desenvolvimento cultural e social de um povo. É um conjunto de ações sociais que dependem, não só do governo, mas de toda a sociedade e das instituições educacionais, com intenções à garantia dos direitos à cidadania de todos, principalmente dos que se encontram no declive da pobreza.

No entanto, é preciso que haja uma relação harmônica entre o Estado, as entidades formadoras e a população, além da definição de algumas atividades avaliativas do planejamento dessas políticas, para a posterior busca de novas ações. É sabido que a educação é uma área que requer atenção especial do Estado, com políticas que favoreçam o fortalecimento das competências intelectuais, éticas e afetivas do cidadão. (GARCIA, 2014)

Os objetivos traçados nas ações dessas políticas só se efetivarão a partir do momento em que se permita uma análise para possíveis reorientações. São essas análises que, uma vez realizadas, indicarão as supostas lacunas das ineficiências, possibilitando, assim, novas estratégias para as suas superações. De modo que há uma urgente necessidade de ajustamento

nas políticas públicas brasileiras em todas as áreas, principalmente na educacional, por ser essa a orientadora e a responsável pelas demais. (GARCIA, 2014)

Segundo a UNESCO, os problemas educacionais não têm origem exclusivamente na educação, mas busca-se resolvê-los apenas com reformas educacionais. O tema do abandono precoce da escola é um exemplo paradigmático desta situação, um alto percentual de fracasso escolar tem sua origem direta nas carências econômicas, sociais e culturais que sofrem determinados grupos da população. Então, o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido em 2014 aponta diretrizes, metas e estratégias para política educacional até 2024. As metas intermediárias importantes como diminuição da taxa de alfabetismo para mais de 93,5% e a universalização do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos, não foram cumpridas, hoje tem menos analfabetos, porém como o Brasil é um país em desenvolvimento tem-se longo caminho pela frente. (UNESCO, 2002, p. 102)

As metas provindas das políticas educacionais devem determinar a implementação de ações que norteiem a redistribuição dos benefícios sociais, visando a diminuição das desigualdades e o desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto cabe, prioritariamente, as autoridades responsáveis pelo sistema educacional, analisar e refletir sobre os investimentos aplicados e os seus respectivos resultados. Apesar dos entraves, há algumas boas notícias: cada vez mais pessoas estão recorrendo à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para conseguir concluir a educação básica. Em 2017, 853 mil pessoas frequentavam o EJA do ensino fundamental e 811 mil, o EJA do ensino médio, o que representou, respectivamente, um crescimento de 3,4% e 10,6% em relação aos números de 2016. (UNESCO, 2002, p. 102)

Enfim, as políticas educacionais definem que todos tem o direito assistido à escola, que deverá ofertar um ensino satisfatório em que o professor buscará meios de diminuir as desigualdades sociais. Para Comênio (1592-1670) “o sistema de ensino deve ser articulado, reconhecendo o igual direito de todos os homens ao conhecimento, desenvolvido através de uma educação permanente, durante toda a vida humana”.

As políticas que regem a educação no Brasil precisam refletir profundamente a respeito do assunto, descartando a importância quantitativa, mas dando ênfase a qualidade que possibilitará o exercício pleno da cidadania do indivíduo. Os países de primeiro mundo sinalizam essa preocupação e não poupam nos investimentos, por terem a certeza que investir no setor educacional é, ao mesmo tempo, apostar no desenvolvimento sociocultural de seu povo e no futuro promissor de seu país. (FERRÃO, 2012)

Democratizar a educação seria a condição necessária para a democratização social. Depois da Segunda Guerra Mundial, a expansão educativa foi considerada como uma

necessidade para o crescimento econômico. Gastar em educação seria investir, tanto ao nível individual quanto social. Dessa forma, a democratização e o desenvolvimento econômico apareceram com os objetivos básicos da política educacional, e foi a partir dessa perspectiva que o funcionamento real dos sistemas educacionais existentes foi avaliado. (TEDESCO, 1995, p. 92)

É inegável que, nas últimas décadas, tenha havido uma queda no índice de analfabetismo no Brasil, graças aos investimentos econômicos na área educacional, a preparação de profissionais e a conscientização da própria sociedade que, paulatinamente, passou a perceber a imensurável importância dos esforços aplicados na educação dos filhos. Porém, a educação brasileira sofre com o excesso de burocracia, isso faz com que não haja adaptação de novos modelos e o modelo tradicional impera a anos e mesmo que investimento seja alto, ainda falta o necessário para transformar o sistema educacional como quadras de esportes, bibliotecas, laboratórios de informática e matérias pedagógicas. (FERRÃO & COUTO, 2014)

4.2 A POLÍTICA E ALGUNS DOS INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS

O governo federal, através do Ministério de Educação e Cultura – MEC, tem proporcionado programas educacionais que visam o resgate dos requisitos de qualidade vinculados a educação brasileira. Programas, esses, que demonstram as melhores intenções possíveis, mas, às vezes, tornam-se ineficientes pela ausência de interesse do seu cumprimento, pela falta de fiscalização dos recursos destinados, pela sua má aplicação, além de uma série de fatores.

A implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394/96, que objetiva disciplinar e estruturar o funcionamento do sistema educacional brasileiro, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais em Educação – FUNDEB, Lei nº 11.494/07, com vigência entre 2007/2020, que orienta a aplicação dos recursos na área, com almejos no desenvolvimento social, a instituição do Piso Salarial Nacional do Magistério – PSNM, Lei nº 11.738/08, que regulamento o salário nacional dos profissionais em educação básica, a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005/04, referido no artigo 214 da Constituição Federal, contendo 20 metas e 254 estratégias, com vigência entre 2014/2024 além de outras, trouxeram fôlego e muita energia para a condução de uma das tarefas mais árduas e mais complexas do seio social.

Assim, o plano nacional da educação é um dos fundamentos da educação brasileira, proporciona o efeito cascata para atingir os planos estaduais e os municipais. Assim, não há como negar que o deliberado na esfera nacional repercute diretamente na municipal. Mas esta repercussão não é automática e muito menos factível se não ocorrer a efetiva participação de todos os seguimentos na elaboração dos planos municipais e com uma visão sistêmica que une ao sistema estadual e federal, fazendo a educação um sistema integrado cumprindo as legislações da educação. (BARONE, 2015)

Com normativas delicadamente elaboradas, essas leis objetivam o avanço do desenvolvimento educacional básico do Brasil, porém os seus efeitos não tem culminado onde a sociedade almeja. É obvio que todas as metas do Plano Nacional de Educação, como política pública que é voltada para a melhoria da educação, repercute no cotidiano das escolas, sejam elas públicas, municipais, estaduais ou particulares. É importante salientar também uma política de valorização dos profissionais da educação em cada rede ou sistema de ensino é fundamental para que a política educacional se fortaleça. Quanto mais sustentáveis forem as carreiras e quanto mais integradas forem as decisões relativas à formação, mais ampliadas serão as perspectivas da equidade na oferta educacional. (FERREIRA, 2015)

A LDB, no seu artigo 2º garante que a educação, dever da família e do estado, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho e o artigo 32º, inciso I, faz menção ao Ensino Fundamental, tendo como objetivo, o desenvolvimento da capacidade, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Contudo, é preciso que se refaça a seguinte reflexão: Será que os nossos alunos, ao concluir o Ensino Fundamental, estão correspondendo com essas perspectivas? E ao consumir o Ensino Médio, estão realmente preparados para o exercício pleno da cidadania?

Sabe-se que a educação está passando por um momento de transformação, devido aos incentivos do Banco Mundial e outros investidores que valorizam esse índice o governo buscou metas para educação no Brasil, porém essas metas ainda estão longe do ideal, como mencionado em parágrafos anteriores, houve uma redução do analfabetismo, mas ainda há inúmeras crianças fora da escola e segundo dados da secretaria de educação de Minas Gerais mesmo com o aumento da oferta é necessário projetos para atrair os jovens do ensino fundamental nas escolas e fazer com que consigam aprender as diretrizes de leitura e escrita. (DIREI, 2018)

Porém, essas diretrizes de leitura e escrita tem a função de avaliar se o aluno consegue codificar textos e extrair o assunto principal, e também resolver problemas básicos de matemática. Segundo dados do IBGE (2010) e dados recentes da Secretaria de Educação de Minas Gerais, no ensino fundamental 38% estão no nível intermediário, é um dado considerável

se comparado a outros estados do Brasil, 32% estão nível insuficiente e 30% nível adequado, isto está relacionado ao rendimento escolar e verificou o que os alunos aprenderam durante o ano letivo, avaliado através de provas externas proposta pelo Governo Federal. (IBGE,2010)

Com relação ao Ensino Médio a questão é mais preocupante, pois a questão da evasão escolar é uma realidade vigente, Observa-se também que há uma queda significativa da frequência dos adolescentes e jovens no Ensino Médio, chegando a 71,5% na idade entre 15 a 17 anos essa queda impacta nos índices de escolaridade (com diferenças entre sexo e cor). Assim, em Minas Gerais buscou o fortalecimento de políticas públicas que buscarem reverter esse quadro e assim consolidou a Rede Profissional e do atendimento que encaminham jovens ao mercado de trabalho, curso de formação continuada e fortalecimento do EJA. (DIREI,2018)

Em relação ao FUNDEB, os recursos destinados podem até ser suficientes, mas a sua empregabilidade é que talvez não seja feita de forma legal e dentro das exigências do Fundo. Dentre os recursos federais, a verba da educação é uma das maiores destinadas aos municípios que, muitas vezes, a usam para fins que, supostamente, não fazem parte do orçamento, proporcionando, de certa forma, um déficit na área. (BRASIL, 1996)

O Piso Salarial do Magistério, criado em julho de 2008, é um determinante, que veio contemplar os profissionais que desempenham atividades docentes, pedagogos, diretores, supervisores, orientadores, inspetores ou seja, nenhum desses profissionais devem receber abaixo do piso. O piso passou a ser a verdadeira referência dos Planos de Carreira Cargos e Salários, criados pelos estados e municípios, com o objetivo de valorizar os profissionais em educação, além de incentivá-los ao aperfeiçoamento e permanência na área. No entanto, a sua normativa não é respeitada nem tampouco considerada como devia, por alguns estados e municípios. (BRASIL, 1996)

O novo Plano Nacional de Educação – PNE, reacendeu muitas expectativas da sociedade brasileira, que sempre almejou maiores investimentos no setor e por acreditar na consolidação de grande parte de suas metas. Suas estratégias estabelecidas trouxeram credibilidade e otimismo com a sinalização de mudanças positivas em tempo breve. Com base no PNE, estados e municípios criaram os seus Planos Estaduais de Educação – PEE e Planos Municipais de Educação – PME, ajustados ou condicionados às suas realidades.

Muitas são as leis que tem gerado expectativas à população brasileira, que ainda acredita em melhores dias e aguarda uma educação que atenda as reais necessidades dos indivíduos, transformando-os em verdadeiros cidadãos. São essas políticas públicas educacionais que poderão fazer a diferença, possibilitando a abolição das desigualdades sociais, da exclusão e do racismo.

Por outro lado, a PEC (Proposta da Emenda Constitucional de nº 241) que se transformou em lei tem a iniciativa de modificar a Constituição proposta pelo Governo, com objetivo frear a trajetória de crescimento dos gastos públicos e tenta equilibrar as contas públicas e colocaria freios em pouco mais de 50% do Orçamento, enquanto que o restante ficaria fora dos limites impostos - só a regra sobre o salário mínimo tem consequências na questão da Previdência e outros setores tendo objetivo de conter gastos e transformar o contexto da estrutura brasileira.

Todavia, essas expectativas sinalizam a perda de forças mediante a uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC, de nº 241 que tem como objetivo criar um teto para os gastos públicos e frear o seu crescimento por vinte anos. Diante disso, e por saber que educação e saúde poderão deixar de receber um terço das verbas obrigatórias que injetariam recursos para a alavancagem nessas áreas, conclui-se que as políticas públicas educacionais dão sinal de fraquejamento. Ora, se o setor educacional necessita da ampliação de investimentos para a retomada do desenvolvimento, como poderia avançar com recursos limitados? Como consolidar as metas e as estratégias do PNE, que almejam estimular a formação inicial e continuada de professores, oferecer educação integral em 50% das escolas, ampliar investimentos do Produto Interno Bruto – PIB, em até 10% entre outras, se a PEC limita gastos?

4.3 A ESSÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE

O Estado brasileiro encontra-se incumbido de implementar políticas enérgicas que reparem supostas ineficiências e ofereçam possibilidades para os avanços norteadores da verdadeira cidadania. Acredita-se que o financiamento da educação, antecipadamente refletido e previamente consultado a sociedade, seria a causa determinante para que se alcançasse uma educação uma educação de qualidade e uma qualidade de vida para o professor. Os recursos previstos para a educação, em especial a dos municípios, são imprescindíveis e significativos para a efetivação dos benefícios comuns que sociedade necessita.

Considera-se, portanto, ser missão do Estado, desenvolver projetos que elenquem metas e estratégias possíveis para a execução de ações. No entanto, o que se tem percebido são criações de apreciáveis projetos que finalmente tornam-se fictícios ou são desprezados pelo meio do caminho. O compromisso público deve visar as verdadeiras demandas sociais oferecendo medidas que possibilitem mudanças para uma vida melhor e mais digna para a sociedade. (LIMA; MARTINS, 2005)

É sabido que nenhum país progredirá se a sua educação não for prioridade. A precariedade da educação traz prejuízos irreversíveis além de contribuir para a formação de uma sociedade mascarada e acomodada. Todas as pessoas necessitam e devem ter acesso a uma educação de qualidade, que deve ser buscada nas políticas públicas, com base nas normativas das leis que lhes garantem.

As políticas públicas são necessárias, por fazerem parte da vida social cotidiana, sendo decisivas ao norteamento de projetos que, uma vez desenvolvidos, propiciarão resultados satisfatórios. Pelo contrário, haveria uma perda de trabalho e de recursos, tendo como consequências, o descrédito e sequelas irreparáveis. Sabe-se que investir bem na educação é acreditar em um futuro melhor, em uma sociedade mais justa e igualitária. A construção da cidadania se dá por meio dos estudos que dependem da implementação de recursos provindos das políticas públicas. No entanto, é preciso que se democratize a sua construção, realizando diagnósticos, discutindo os problemas com a sociedade e flexibilizando as suas estratégias conforme as reais necessidades.

Em nosso país ainda existe o empecilho da escolarização e do sucesso acadêmico que permeia por inúmeras variáveis, desde a falta de preparo dos professores, às inadequações dos espaços físicos, recursos mal administrados, condições econômicas deficitárias, entre outras. Por isso, há a necessidade de políticas educacionais que priorize todas essas demandas para o combate à exclusão e o avanço do desenvolvimento social. (LIMA; MARTINS, 2005)

As políticas públicas devem priorizar a qualidade da educação em contexto amplo para que os resultados acadêmicos dos estudantes melhorem e o nível socioeconômico se estabilize. É perceptível que o financiamento dessas políticas é razão decisiva para que a educação possa alcançar o melhor nível qualitativo, proporcionando ao educando subsídios para a consumação dos objetivos almejados.

É importante salientar para que os educandos tenham um ensino adequado os professores tem desenvolvido vários papéis e estão com uma carga de trabalho imensa, pois além das funções habituais que são prescritas a este trabalho, nos últimos anos, outras funções passaram a ser incorporadas, contribuindo para um excesso das funções fixadas como reuniões, palestras, preenchimentos de documentos e ainda precisar lidar com salas lotadas com mais de 30 a 40 alunos o que acaba aumentando o estresse e pode gerar problemas relacionados à fala, e uma sintomatologia de ansiedade, depressão, apatia pelo ofício.

Diante de um novo modelo de organização do trabalho, as implicações do trabalho na saúde das professoras e dos professores configuram um novo quadro de danos à saúde que se revela em um maior sofrimento psíquico. (MARTINEZ, 1997). E retornando aos conceitos de

Marx (1995), exige-se destes profissionais que ofereçam qualidade de ensino, dentro de um sistema de massa, ainda baseado na competitividade, entretanto os recursos materiais e humanos são cada vez mais precarizados, tem baixos salários, há um aumento das funções dos professores contribuindo para um esgotamento e uma contradição quanto à formação que é oferecida.

No Brasil, discursos oficiais sobre ações educativas em saúde para escolares remontam ao final do século XIX. Marcadas pelo movimento higienista, estas ações propunham medidas de asseio e higiene dos escolares, necessárias à época para que as doenças contagiosas não invadissem o espaço escolar (VALADÃO, 2004).

Como componente curricular, os conteúdos relacionados à saúde e educação escolar estabeleceram-se somente em 1971, com a Lei 5.692/71. Na atualidade, a questão tem relevância destacada na legislação brasileira de educação, como esclarece Gouvêa (2001). Dentre os documentos que afirmam esta importância, podemos apontar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010).

Nestes documentos, a presença das práticas de saúde no cotidiano escolar é relacionada com a proposta de construção da escola de qualidade, capaz de garantir o pleno desenvolvimento do educando. Porém, no que se refere a saúde nas escolas ou ações educativas em saúde, o Brasil desde 1889, época da Primeira República, já contava com medidas centradas no ensino de comportamentos e hábitos considerados saudáveis. Sendo assim sua continuidade foi dada no princípio do século XX, tencionada na concepção higienista-eugenista, tendo em vista uma educação em saúde no desenvolvimento de uma “raça” sadia e produtiva, a partir da observação, exame, controle e disciplina na infância. Porém as condições reais de vida das crianças que estavam inseridas neste contexto, não visavam a saúde como uma consequência na qualidade de vida, mas sim as práticas pedagógicas que eram centradas em ações individualistas e focadas na mudança de comportamentos e atitudes, (VALADÃO, 2004; GONÇALVES et al., 2008).

Como política pública, as práticas de educação em saúde ganharam espaço no Brasil a partir da década de 1990, principalmente, pela influência da concepção de Escolas Promotoras de Saúde (EPS) (VALADÃO, 2004). O marco mais recente entre as ações governamentais voltadas para a educação em saúde na escola no Brasil, de acordo com Vieira e Vieira (2011), é o Programa Saúde na Escola (PSE), que entrou em vigor no país em 2008 e vem, desde então, sendo progressivamente recebendo a adesão dos municípios brasileiros.

O PSE propõe-se a contribuir para a promoção de saúde na escola, tendo a educação em saúde como um de seus pilares fundamentais. A Portaria nº 1.861/2008 define que a “[...] programação das atividades do PSE que deverão ser incluídas no projeto político pedagógico de cada uma das escolas [...]” para que os objetivos desta política sejam alcançados (BRASIL, 2008, p. 2). Ocorre, desta forma, o reforço da educação em saúde como mais uma tarefa a ser realizada pelo coletivo de educadores e profissionais da instituição escolar. Fundamentando-nos em pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, desenvolvemos um estudo de caráter bibliográfico e documental, construído com base em análise de documentos de políticas. Neste texto, abordamos os antecedentes históricos da política em pauta e explicitamos as principais características do (PSE) Programa Saúde na Escola. (BRASIL, 2008)

4.4 O MOVIMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E O SURGIMENTO DA CONCEPÇÃO DE ESCOLAS PROMOTORAS DE SAÚDE

Ao tratarmos dos antecedentes históricos do PSE, voltamos para o movimento da nova promoção da saúde, originário do Canadá, a partir da década de 1970, visto que este configurou as bases internacionais do ideário da escola enquanto cenário promotor de saúde (VALADÃO, 2004). No contexto canadense, dentre as questões que mais preocupavam o governo e geravam insatisfação popular, estavam os serviços de saúde: demasiadamente caros se comparados à sua eficiência no enfrentamento dos problemas de saúde da população. Experiência realizada na China demonstrava, ainda, que modelos de atenção pautados nos aspectos ambientais da saúde estavam articulados a melhores resultados (VALADÃO, 2004).

Além disso, é importante considerarmos que na década de 1970, o capitalismo passou por uma das mais importantes e profundas crises de sua história, que acabou por gerar consequências de impacto mundial. Como uma forma de restaurar as condições para a acumulação de capital, abaladas por esta crise, tomou força o projeto neoliberal, que recomendava o ajuste fiscal e a priorização dos gastos públicos, como uma das medidas a serem realizadas pelos estados (HARVEY, 2008).

Assim, principalmente, por conta de seu melhor custo-benefício aos cofres públicos, começou a se desenvolver um novo modelo de saúde no Canadá, com enfoque nos aspectos ambientais relacionados ao processo de saúde e doença em detrimento ao modelo de saúde vigente, de caráter biomédico, essa concepção de saúde é voltada para a construção de um modelo que tenha como fundamento beneficiar o trabalhador. (VALADÃO, 2004)

A partir da década de 1990, iniciou-se um esforço nacional para a implementação do

conceito de Escolas Promotoras de Saúde, tendo como umas de suas expressões a implementação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), em 2004, e a Política Nacional de Promoção de Saúde, aprovada em 2006, cujos fundamentos remontam à Carta de Ottawa (BRASIL, 2006).

Com o momento de abertura política no Brasil ocorrido na década de 1980, que se deu por conta do término da ditadura civil-militar em 1985, iniciou-se um movimento de intensas lutas sociais pela redemocratização do país, tendo como primeiro passo a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988, também conhecida como constituição cidadã por ter assegurado diversos direitos sociais, dentre eles, o da educação e saúde (ADRIÃO; CAMARGO, 2007).

Outra grande conquista da época foi o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído em 1990, com a Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990). Este foi, então, um momento de grande efervescência social, marcado pela luta por direitos e maior participação popular nas diversas esferas da sociedade e de governo. E, não demorou para que a iniciativa de EPS fosse socialmente aceita no Brasil, levando-se em consideração que o discurso central da concepção de EPS pautava-se na proposta de proporcionar e fortalecer a participação social da escola e da população, contribuindo para a garantia de direitos à saúde e educação de crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2007a).

No entanto, o PSE trata-se da expressão mais atual das Escolas Promotoras de Saúde no Brasil. Configurada como política pública de caráter intersetorial, foi elaborada com pretensões voltadas ao melhoramento da qualidade de vida da população brasileira e enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

É importante salientar que a proposta deste capítulo foi descrever como se estrutura as políticas públicas no Brasil, verificou-se que há investimentos nos setores educacionais e uma preocupação em diminuir os números das desigualdades do país com relação ao número de crianças fora da escola e taxas de analfabetismo e índice de aprendizagem. Com relação a saúde do professor os resultados encontrados mostram que este profissional passa por um processo de desgaste, sofre com turmas lotadas e com a má remuneração, indisciplina que leva a angústia e estresse fatores que afetam não somente a sua saúde, mas o retrato da educação no Brasil.

5 PATOLOGIAS E O TRABALHO DO PROFESSOR

Este capítulo aborda as principais patologias que causam adoecimento nos professores da educação básica, como já abordados em capítulos anteriores o estresse, a depressão e outras

doenças são causadas por diversos fatores principalmente pelo trabalho exaustivo e falta de valorização e não reconhecimento do papel importante que o professor tem na sociedade.

5.1 A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS ADOECIMENTO MENTAL NOS PROFESSORES BRASILEIROS.

Considerando a educação um direito do indivíduo e dever do Estado, deve estar na essência das políticas públicas garantindo, de certa forma, a qualidade social e consolidando a garantia constitucional: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. (C.F., 1988, p. 63) Portanto, o Estado incumbe-se no dever de implementar políticas que ofereçam suporte ao desenvolvimento da sociedade.

Por ser considerada um dos âmbitos mais importantes para o desenvolvimento geral de uma nação, a educação deve ser ponderada como prioridade e concebida como essência principal para o equilíbrio cultural e social. Contudo, para que isso seja efetivado, é preciso que se busque-a no seio das políticas públicas que tem todas as condições necessárias para oferecê-la.

As políticas públicas no Brasil surgiram desde os primeiros anos da república, quando se defendia o ensino primário gratuito para todos os indivíduos e a sua laicidade foi permitida pela Constituição pós-1988 e a década de 90, sendo criado, posteriormente, a Associação Nacional da Educação – ANE nos anos 1990 e 2000, que favoreceu o ensino fundamental público obrigatório. Nesse mesmo período aconteceram várias reformas que proporcionavam o estabelecimento, a estrutura e o funcionamento do colegial. Foi no início da república que o Brasil começou a abrir as portas para o surgimento de uma política pública educacional, dando forma ao sistema educacional brasileiro.

Apesar dos grandes avanços educacionais, que tem acontecido ao longo dos anos, o Brasil necessita de políticas mais enérgicas e mais eficazes, com estratégias seguras e que sinalizem o combate às desigualdades sociais, sabe-se que esses fatores estão distantes da realidade pois, segundo dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, 3,9% da população branca com 15 anos ou mais é iletrada, o percentual sobe para 9,1% entre os negros. Entre os brasileiros analfabetos com mais de 60 anos, 10,3% são brancos. E 27,5% são negros. Com relação aos professores sabe-se que uma parte significativa leciona disciplinas sem ter a formação adequada ao currículo exigido pela aula. Nos anos finais do Ensino fundamental, 56% dos professores de Matemática são formados na área. Entre os professores de Artes, o número cai para 32%. Outros fatores são alarmantes como Quase 600 mil crianças

de 4 anos estão fora da escola. Aos 5 ou 6 anos, o número é 300 mil. É interessante observar que é preciso mudança de paradigmas para educação brasileira que se encontra fragilizada quando se observa esses dados. (IBGE, 2018)

O contexto social brasileiro apresenta uma necessidade muito grande de políticas públicas que ofereçam conhecimentos anuladores das desigualdades, que permeiam na sociedade, atropelam a democracia, ferem a Constituição e denigrem a personalidade humana. Países que não maquiagem ou não poupam gastos na educação, são considerados países desenvolvidos, com a apresentação de altos índices de escolarização e com atitudes que invejam outras sociedades, além disso, políticas públicas eficientes precisam proporcionar melhores condições de trabalho a toda equipe docente para que haja uma educação transformação educacional integrada e sólida. (FAGIANI, 2018)

Entretanto, as mudanças que têm ocorrido em relação à função do professor, como a fragmentação do seu trabalho e a complexidade das demandas que lhe são impostas, coincidem com um processo histórico de rápida transformação do contexto social e são o reflexo da articulação das políticas educacionais brasileiras. (León, 2011). Em função disso, ampliam-se as responsabilidades e exigências sobre esse profissional, de modo que ele precisa apresentar, além das competências pedagógicas, habilidades sociais e emocionais para lidar com os diversos problemas encontrados na sala de aula, já mencionados no capítulo 1 deste trabalho, como: turmas lotadas, indisciplina, cumprir metas educacionais impostas pelas secretarias de educação e assim esses fatores juntos causam estresse e adoecimento ao professor. (Jennings & Greenberg, 2009). Assim, a saúde do professor é uma vertente importante que adquire crescente relevância e também tem sido alvo de preocupação por parte de profissionais, gestores institucionais e entidades sindicais e governamentais, visto que este profissional possui uma grande representação para o contexto educacional. (CARLOTTO, 2012).

Todavia a profissão docente é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das mais estressantes, pois ensinar se tornou uma atividade desgastante, com repercussões evidentes na saúde física, mental e no desempenho profissional (Reis et al., 2006). Desgastes osteomusculares e transtornos mentais, como apatia, estresse, desesperança e desânimo, são formas de adoecimento que têm sido identificadas em professores que já estão por muito tempo em ativa, isto se dá devido aos acúmulos de funções dentro e fora do contexto de sala de aula, outros fatores são relevantes como as relações com as chefias, com os colegas de trabalho, com as famílias dos estudantes e com os próprios estudantes; na forma e capacidade de se organizarem; nas ameaças de demissões; no aumento do número de alunos em sala; na ampliação da carga horária; etc. (BARROS et al., 2007).

Considerando o estresse, a ansiedade, o esgotamento e problemas relacionados ao sono como alguns dos principais sintomas de adoecimento mental investigados, observa-se que eles são relacionados aos denominados Transtornos Mentais Comuns (TMC), quadro de sofrimento psíquico de natureza não psicótica, que inclui queixas de ansiedade, depressão, alterações de sono, fadiga e somatizações (Claudemir & Melo Filho, 2002). Esse resultado é congruente com os achados de Santos e Siqueira (2010), que constataram alta prevalência de TMC em professores, correspondendo a um índice de cerca de 60%.

Considerando que a saúde e a educação são condições preponderantes para o desenvolvimento humano e social, é importante atentar aos professores, pois estes profissionais são o foco do processo da aprendizagem e estão na linha de frente sofrendo na pele a falta de reformulação de políticas públicas. Frente aos problemas e demandas atuais, esses profissionais precisam de competência pedagógica, social e emocional e estimular a construção crítica dos indivíduos para que aprendam a ser e a conviver na sociedade como sujeitos conscientes, reflexivos e participativos, mas para isso é fundamental que também estejam física e mentalmente saudáveis.

5.2 SÍNDROME DE BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO

A Síndrome de Burnout, ou esgotamento profissional, é um fenômeno psicossocial em resposta aos estressores crônicos presentes no ambiente do trabalho, com consequências negativas em âmbito individual, familiar, profissional e social. Desde 1999, essa síndrome é reconhecida pela Previdência Social, no Brasil, como um transtorno relacionado ao trabalho. É composta por três dimensões relacionadas entre si, mas independentes: exaustão emocional, despersonalização (também denominada de cinismo) e baixa realização profissional.

Portanto, a exaustão emocional refere-se ao esgotamento dos recursos físicos e psíquicos por desgaste emocional e resulta em falta de energia e de entusiasmo em relação ao trabalho. Despersonalização (ou cinismo) é o distanciamento interpessoal, com diminuição do envolvimento emocional no trabalho e do desenvolvimento de atitudes impessoais e desumanizadas no tratamento de clientes e de colegas. Baixa realização pessoal no trabalho corresponde à dimensão de autoavaliação negativa e relaciona-se à baixa produtividade laboral e a sentimentos de ineficácia e de incompetência, que promovem insatisfação profissional sintomas recorrentes em docentes da educação básica brasileira.

Isto porque, os professores da educação básica apresentam grande risco de desenvolver a Síndrome de Burnout, pois estão expostos a ambientes de trabalho com elevada exigência profissional, como tarefas extraclasse, carga horária excessiva e pouco tempo para atualização,

lazer e convívio social. Além disso, o professor passa frequentemente por situações conflitantes, como sentir a necessidade de ser companheiro do aluno, propiciar-lhe desenvolvimento pessoal e, ao mesmo tempo, ter que julgá-lo. Somam-se a isso ainda baixos salários, condições de trabalho precárias, falta de reconhecimento social e inexpressiva participação no planejamento de políticas institucionais.

Dessa forma, o professor pode se sentir exausto e sem entusiasmo, correndo risco de desenvolver a Síndrome de Burnout. Entre as características associadas às dimensões do Burnout avaliadas em estudos anteriores com professores, destacam-se as sociodemográficas ou do ambiente familiar (sexo, idade, situação conjugal, número de filhos, oportunidade de lazer e expectativas familiares) e as relacionadas ao trabalho (carga horária, tempo de profissão, remuneração, relacionamento com superiores ou com colegas de trabalho, falta de reciprocidade na relação com alunos, percepção de que a profissão interfere na vida pessoal ou que é estressante, intenção de abandonar a profissão, insatisfação com o trabalho, excesso de responsabilidades, conflitos de papéis e sobrecarga, elevado número de alunos por turma, mau comportamento dos alunos e decisões institucionais (GUGLIELMI & TATROW, 1998).

A categoria docente tem sido desde a fase pioneira de estudos sobre a Síndrome de Burnout (SB), uma das mais investigadas. Em 1979 houve o primeiro registro de estudo descritivo realizado com professores (PERLMANP & HARTMAN, 1982). Na década de 1980, cresce o interesse por Burnout, pois diversas investigações mostraram resultados considerados alarmantes, foram identificados sintomas em grupos profissionais que, até então, não eram consideradas populações de risco, pelo contrário, por serem profissões consideradas vocacionais, sendo a docência uma delas, acreditava-se que esses profissionais obtinham gratificações em todos os níveis, que variam dos pessoais aos sociais (DELGADO et al., 1993).

Atualmente, o ofício de professor, independentemente do nível de ensino em que atue tipo de escola, pública ou privada, está se configurando como uma profissão alvo de inúmeros estressores psicossociais presentes no seu contexto de trabalho. A atividade docente, entendida em tempos passados como uma profissão vocacional de grande satisfação pessoal e profissional tem dado lugar ao profissional de ensino excessivamente atrelado a questões tecno burocráticas. Há uma redução da amplitude de atuação do trabalho, as tarefas de alto nível são transformadas em rotinas, há menos tempo para executar o trabalho, para atualização profissional, lazer e convívio social, bem como escassas oportunidades de trabalho criativo. Claramente, evidencia-se a existência de diversificação de responsabilidades com maior distanciamento entre a execução, realizada pelos professores, e o planejamento das políticas que norteiam seu trabalho, elaborado por outras pessoas, além de mencionar fatores com esses aspectos somam-se os

baixos salários e as precárias condições de trabalho (LEITE & SOUZA, 2007).

Na perspectiva pública, a categoria de professores sofre muitas críticas, é extremamente cobrada em seus fracassos e raramente é reconhecida por seu sucesso. Nenhuma categoria tem sido tão severamente avaliada e cobrada pela população em geral nas últimas décadas como a de professores (Farber, 1991). Entre as inúmeras demandas enfrentadas pelos professores, destaca-se a sobrecarga mental e a emocional. A função docente se caracteriza pela exigência de altos níveis de concentração, precisão e atenção diversificada. Do ponto de vista emocional, lhe é exigido envolvimento com os alunos, pais ou responsáveis, colegas e equipe técnica, relações estas que, em muitas ocasiões, podem ser ou tornar-se conflituosas (Salanova, Martínez & Lorente, 2005), uma vez que estas não são escolhidas por ele e com frequência não aceitam beneficiar-se ou reconhecer seus esforços (PINES & AROSON, 1988).

A organização do trabalho do professor possui características que o expõem a fatores estressantes que, se persistentes, podem levá-lo a desenvolver a síndrome de Burnout sendo este o resultado do estresse crônico, típico do cotidiano do trabalho, principalmente quando neste existem excessiva pressão, conflitos, poucas recompensas emocionais e pouco reconhecimento sendo considerado um fenômeno psicossocial constituído de três dimensões: Exaustão Emocional, Despersonalização e Baixa Realização Profissional. a (GUGLIELMI&TATROW, 1998).

No entanto, a Despersonalização ocorre quando o profissional passa a tratar os clientes, os colegas e a organização de forma distante e impessoal. Por fim, a Baixa Realização Profissional caracteriza-se por uma tendência do trabalhador em se autoavaliar de forma negativa, sentindo-se insatisfeito com seu desenvolvimento profissional, experimentando um declínio no sentimento de competência e na sua capacidade de interagir com as pessoas, fatores que estão relacionados diretamente com o trabalho dos professores. (MASLACH, SCHAUFELI & LEITOR, 2001)

É importante salientar que essas doenças laborais estão presentes em todas as categorias, mas principalmente os professores que lidam diariamente com situações estressantes. Assim, era necessário que o governo junto com os profissionais de saúde investisse cartilhas para orientação destes profissionais. Em Minas Gerais o sindicato tem buscado alternativas para ajudar nas doenças laborais, isto é uma grande ajuda pois a orientação é um processo fundamental para se entender a síndrome, os primeiros sintomas da Síndrome de Burnout, Transtorno de Ansiedade e Depressão.

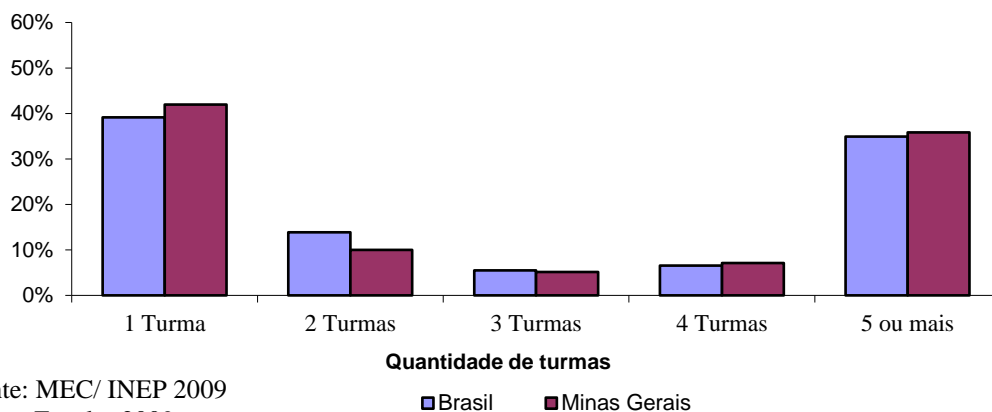
5.3 FATORES QUE AFETAM DIRETAMENTE A SAÚDE DOS PROFESSORES

Sabe-se que o papel desempenhado pelos professores é muito importante para a sociedade, porém estes profissionais são os que mais sofrem estresse, depressão e outras enfermidades, isto porque como já foi abordado nesta dissertação, esses profissionais sofrem com péssimas condições de trabalho além de outros fatores como: a remuneração que levam os professores a trabalhar com inúmeras turmas, escolas e turnos para condições básicas de sustentar a família.

Assim, esse trabalho exaustivo pode levar à doenças laborais persistentes e isso pode afeta diretamente a saúde do professor, mas indiretamente pode afetar a qualidade da educação, isto porque um professor que trabalhar 3 turnos com várias turmas tem várias incumbências, além de dar aulas, há um trabalho burocrático intenso como preencher diários, participar de reuniões administrativas, pedagógicas e com pais. Além disso, precisa participar de projetos extra curriculares como festa junina e outras festas comemorativas, além de cumprir um calendário exaustivo que envolve 200 dias letivos que são compostos com trabalhos aos sábados e participar de desfiles cívicos nos feriados.

No estudo apontado pelo Censo Escolar 2009 e estudo recente do Ministério da Educação com relação ao turno de trabalho e número turmas trabalhadas apontaram que a maioria dos professores buscam ampliar a sua jornada de trabalho e isto pode afetar profundamente a sua saúde, pois quanto mais as turmas, maiores serão as responsabilidades com preparação de aulas, reuniões, planejamento de conteúdos e outras tarefas burocráticas que no final do dia causarão estresse e até depressão. No gráfico 5 mostra a quantidade de turmas que um professor da educação básica tem.

Gráfico 5 - Comparativo da Proporção de Professores da Educação Básica por Quantidade de Turmas em que lecionam



Os dados do gráfico 5 mostram que 42% dos professores lecionam em uma turma em Minas Gerais e se comparados com dados do Brasil são maiores, pois neste são 39% são professores que atuam no ensino infantil e fundamental, os que lecionam em duas turmas mesmo que em Minas Gerais a porcentagem é menor que no Brasil, também passam pela mesma situação, isto faz com que os professores tenham que procurar novas rendas para o seu sustento e de sua família. Os professores que lecionam no ensino fundamental dois e ensino médio tem um número maior de turmas, ministrando aulas em três ou mais turmas, assim os dados de Minas Gerais apontam 2% a mais em relação aos dados brasileiros. O número de turmas é um fator relevante que pode afetar diretamente a saúde do professor, principalmente ocasionando estresse e outras doenças.

Os dados do Censo Escolar 2019 mostram que o professores da série iniciais trabalham em uma ou duas turmas, devendo trabalhar em mais de uma escola, havendo uma sobrecarga de trabalho e menor descanso e qualidade de vida, enquanto os professores do ensino fundamental e médio em que o sistema é dividido por disciplinas lecionam em três ou mais turmas, também havendo uma sobrecarga de trabalho intra e extra classe.

Segundo os dados de 2019, para a educação infantil (cerca de 87%) para os anos iniciais lecionam em uma ou duas turmas. Para os anos finais, a maioria leciona para um intervalo entre duas a cinco turmas (cerca de 63% dos professores dessa etapa); já para o ensino médio, a maior fração de professores leciona em cinco ou mais turmas (percentuais acima de 70%). São dados que corroboram o fato de que a quantidade de turmas a que o professor se dedica está relacionada à etapa de ensino e também a disciplina. (INEP, 2019)

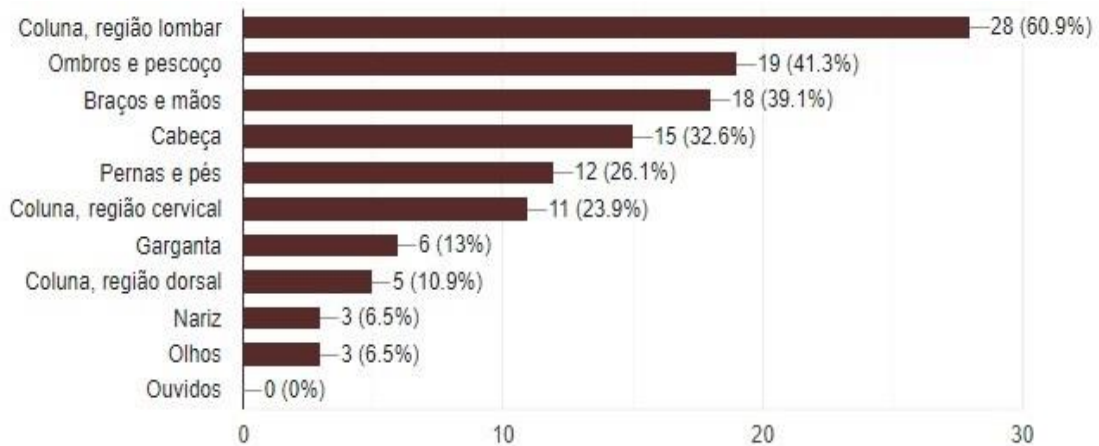
Diante dos dados, se levarmos ainda em consideração a quantidade de turmas e alunos por semana que o professor socializa, a situação ficaria mais crítica, podendo levar a uma maior tendência a doenças.

Assim, o estresse é a doença mais afeta os professores, é o resultado de uma reação que o organismo tem quando estimulado por fatores externos desfavoráveis sendo utilizada para conceituar desconforto, opressão e adversidades. Os termos cansaço, fadiga e tensão nervosa, são usados para definir o estresse do dia-a-dia, o excesso de trabalho pode ser uma forma de aumento deste mal, causando inúmeros desconfortos como: HAS, lesões miocárdicas e arteriosclerose, além de interferir na relação interpessoal e causar desmotivação. É responsável por inúmeras dores no corpo que podem trazer desconforto e afetar diretamente o trabalho do professor no dia a dia. (FONSECA et al, 2009)

Segundo Christophoro (2002), as condições de trabalho relacionam-se com estresse ocupacional e podem refletir gerando sobrecarga, ocasionando ao docente uma maior

dificuldade em realizar sua tarefa. A carga horária trabalhada é considerada um fator importante, pois, durante o horário de trabalho o docente apresenta concentração na mesma atividade, mantém a mesma postura por longo período e isso em longo prazo pode gerar disfunções e/ou doenças. (FERNANDES; ROCHA; COSTA-OLIVEIRA, 2009).

Figura 1 - Problemas relacionadas ao excesso de trabalho.

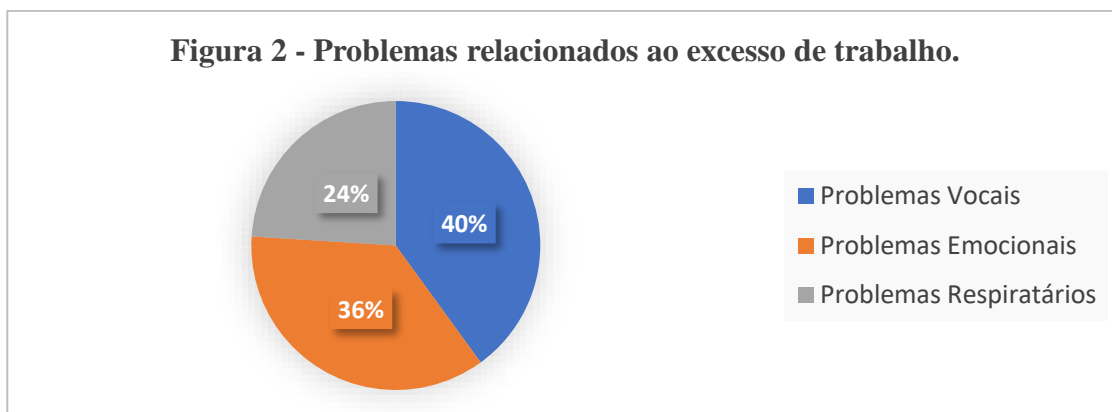


Fonte: MEC/ INEP 2009 - Perfil dos docentes no Brasil

Os dados da figura 1 apontam que 60,9% sentem dores na região lombar e coluna, isto acontece devido o movimento repetitivo e esforço pelo uso do quadro negro, 41,3% sentem dores nos ombros e pescoço causadas pelo mesmo fator. Outros dores foram citados como mostram a Figura 1, sendo causados pelo excesso de trabalho que os professores executam no seu dia a dia. Há outras doenças que afetam diretamente o trabalho dos professores, dentre eles está o excesso do uso da voz que provoca rouquidão, alterações das cordas vocais, isso comprometi o trabalho do professor e pode levar o afastar da profissão. É importante salientar que estes dados representam o perfil de os professores brasileiros, incluindo os de Minas Gerais, pois a realidade da docência é uniforme em todo o país, devido a imposição da política educacionais.

Porém estudos divulgados pelo Ministério da Educação em 2019 em parceria com Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fizeram um estudo com 6.510 professores da rede de educação básica de todo o país e dados são diferentes dos apontados pelo estudo do perfil dos docentes do Brasil em 2009, pois mostra de forma generalizada os principais problemas que os professores sofrem. Perceba que na figura 1, há um detalhamento dos principais problemas que os professores apresentam durante os anos de docência sendo que mais de 60% apresentavam problemas lombares e de postura. Porém, o estudo sobre o perfil

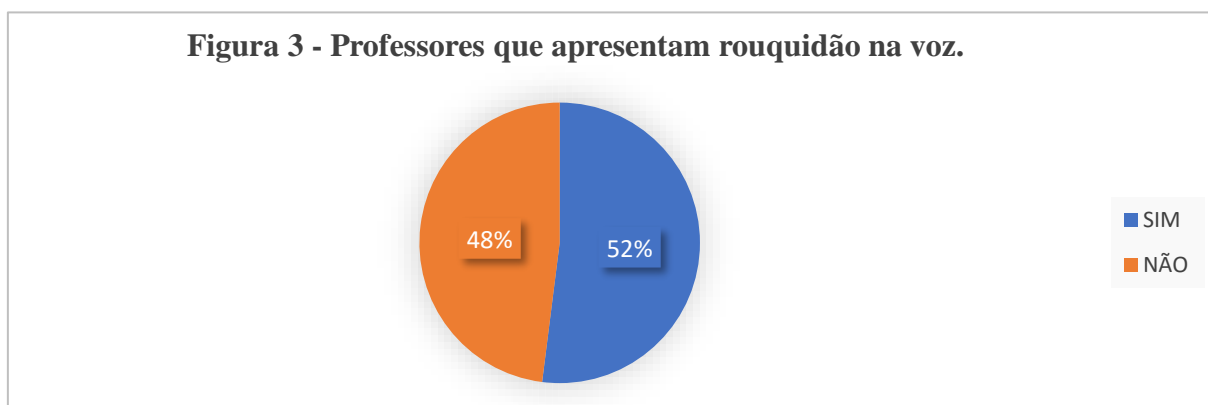
dos professores em 2019 mostram que a maioria dos docentes sofrem com problemas vocais, depois problemas respiratórios e por fim problemas emocionais que são a segunda causa de licença saúde em todo o Brasil. (Figura 2)



Fonte: MEC/ INEP 2019. Perfil dos docentes no Brasil

Os dados da figura 2 mostram que um dos principais problemas de afastamento são problemas relacionados problemas vocais, esses problemas são decorrentes ao uso excessivo da voz durante grande parte do dia, mudanças na entonação devido ao excesso de alunos no ambiente de sala de aula. Além disso, os problemas emocionais estão em segundo lugar devido aos problemas relacionados ao excesso de trabalho, esses problemas podem ser diversos um dois mais conhecidos são: Síndrome de Burnout, Transtorno de Ansiedade e Depressão que foram detalhados no decorrer deste trabalho. É preciso citar que problemas como problemas respiratórios ocasionados pelo uso do giz e outros fatores como estresse e síndrome do pânico.

Sabe-se que os professores tem como instrumento de trabalho a sua voz, e com ela que eles ensinam e conseqüentemente passam o seu conhecimento. Porém, a maioria dos professores já sofreram alguma problemas vocal ao longo dos seus anos de docência, sendo esta a principal causa para tirar licença do trabalho. Assim os dados da figura 3 mostram:

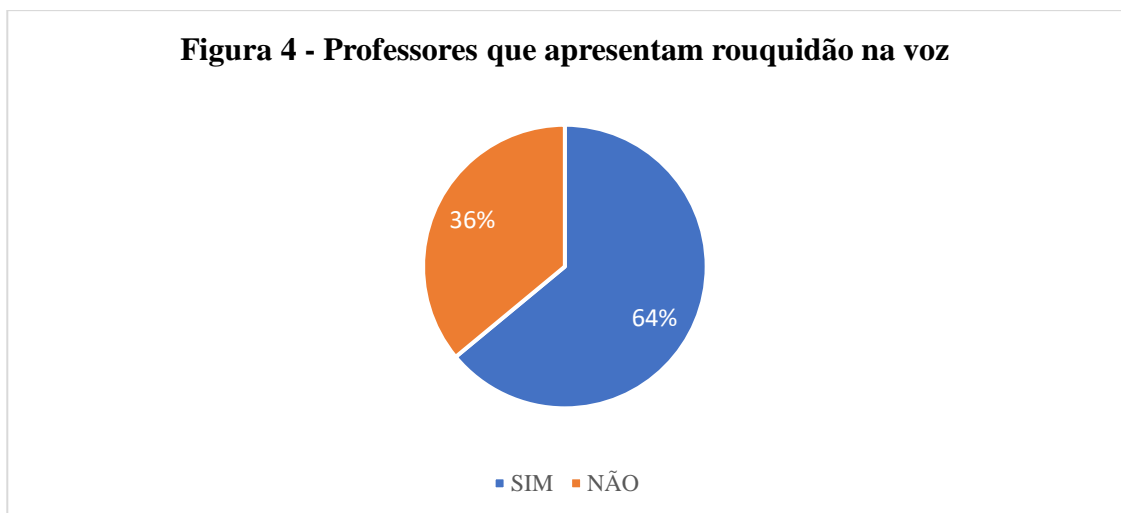


Fonte: MEC/ INEP 2009. Perfil dos docentes no Brasil

Analisando a figura 3 percebe-se que 52% dos professores brasileiros sofrem com rouquidão na voz pelo excesso de trabalho devido à grande quantidade de turmas e escolas que lecionam. Percebe-se que essa doença é responsável por grande parte dos afastamentos, além disso o professor usa a sua voz de forma inadequada, por longo período de tempo, e sabe-se que não há treinamentos adequados para isso, sendo esse problema ignorado pelas autoridades responsáveis pela educação.

Esses dados apresentados são a proporção de 100% representando professores de todo o Brasil, incluindo nesta perspectiva também professores de Minas Gerais, sendo que deste mais da metade apresentam problemas de rouquidão na voz, uma proposta para solucionar este problemas condiz com os objetivos desta dissertação que é promover cartilhas e oficinas de saúde para conscientizar os professores dessas doenças laborais existentes e assim trabalhar com a prevenção e cuidados com saúde.

Os dados do perfil dos professores de 2019 divulgados pelo Ministério da Educação em 2019 em parceria com Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostram que a rouquidão é presente na maioria dos docentes da educação básica, como foi mostrado os problemas vocais são a primeira causa de afastamentos porém eles afetam a saúde e compromete a atuação dos professores em sala de aula, além de marcar um dano permanente. Assim os dados da figura 4 mostram que:



Fonte: MEC/ INEP 2019. Perfil dos docentes no Brasil

Os dados da figura 4 mostram que mais de 64% apresentam rouquidão na voz devido ao excesso de trabalho ou devido a condições inadequadas de saúde, em relação os dados de 2009 do Ministério da Educação houve um aumento de 12% dos docentes que apresentam sequelas na voz, isto retrata um aumento significativo e mostra que são múltiplos fatores que

estão relacionados com esse adoecimento. Entre eles, um ambiente de trabalho com condições precárias, falta de apoio dentro da escola sendo o professor responsável por todas ações disciplinares o que resulta no desgaste da voz e como consequência a rouquidão. E isso resulta em afastamento de trabalho.



Fonte: MEC/ INEP 2009. Perfil dos docentes no Brasil

A figura 5 mostra que 52% dos professores já se afastaram por motivo de saúde, isto mostra que esse grupo é afetado diretamente por várias doenças laborais que podem ser causadas pelo uso de giz, ainda presente em grande partes das escolas públicas, aumento desproporcional da carga horária de trabalho, turmas numerosas e heterogêneas, lecionar em mais de uma escola, além disso, esses profissionais não possuem condições mínimas de trabalho, pois muitas escolas são lugares insalubres, mal iluminados e dominados por gangues de bairro. Esses fatores estão sendo indiretamente citados, mas não fazem parte dos dados do trabalho, mas afetam a saúde dos professores de forma indireta. A proporção de 48% não se afastou por motivos de saúde.

Lembrando que a proporção dos dados representa o perfil de professores de todo o Brasil, inclusive Minas Gerais. Como já mencionado no parágrafo anterior as causas de afastamento são diversas, no entanto, as consequências desse afastamento docente afetam a vida na escola e o envolvimento do professor com o trabalho. Fica evidente a ruptura de alguns vínculos na sua relação com os alunos, a quebra na continuidade do processo ensino-aprendizagem, as alterações no planejamento pedagógico da escola, a necessidade de se contratar um professor substituto e integrá-lo ao projeto da escola onerando duplamente o próprio Estado, principalmente em Minas Gerais que contrata professores substitutos para tentar minimizar as perdas do aprendizado ao aluno.

Os dados da figura 6 sobre o perfil dos professores de 2019 mostram que as causas de afastamento de trabalho são variadas, como mostradas na figura 2 as principais causas são problemas vocais, respiratórios e emocionais mas existem inúmeros fatores que podem levar o professor a se afastar do ambiente de sala de aula. Assim os dados da figura 6 mostram que:



Fonte: MEC/ INEP 2019. Perfil dos docentes no Brasil

Percebe-se que dados da figura 6 mostram que houve um aumento de 6% em relação aos dados de 2009 dos professores que se afastam do trabalho por motivo de doença totalizando 59%. Enquanto 41% não tiveram afastamento por motivo de saúde. Pode-se deduzir que os dados apontam que com o passar dos anos os professores estão mais vulneráveis a situações vividas em sala de aula, essas situações já foram discutidas ao longo deste trabalho e isso tem afetado diretamente sua saúde.

Para a Medicina Tradicional Chinesa, a fala está relacionada ao órgão do Coração, sua condição afeta a qualidade desta. Muitas das funções atribuídas ao Cérebro na Medicina ocidental, na medicina chinesa são atribuídas ao coração, o coração abriga a mente (shen) que é responsável pelo pensamento, percepções, memória, consciência, controla a inteligência. Assim vemos que há uma sobreposição de funções entre o Cérebro e o Coração ambos ficam responsáveis por estas funções.

Em suma, em uma leitura generalista, pode-se dizer que a saúde física e a qualidade de vida dos professores são prejudicadas, pois esses profissionais nas funções adotam posturas que pode afetar a sua saúde, pois apresentam sobrecargas musculares, pressão sobre os nervos, plexos nervosos e cartilagem intra-articular dos joelhos, desencadeado pelo peso carregado no deslocamento para suas aulas. Apresentam os males como rouquidão, estresse e depressão. As

políticas públicas devem priorizar esse profissional tão importante, pois sem o professor não há educação e sem educação não se constrói um país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale considerar que a precarização social do trabalho é uma construção histórica, sendo, portanto, modificável, na introdução deste trabalho, percebe-se que Marx, destaca o que seria o trabalho na concepção capitalista, em que o trabalhador vende sua mão de obra para obtenção de um salário e isso trouxe modificação do contexto de produção e trouxe transtornos como adoecimentos laborais e acidentes e outros males a saúde. Portanto, a prevenção, embora envolva diversos níveis de complexidade, aponta para a necessidade de “civilizar” o mundo do trabalho a partir de elementos básicos, que precisam ser traduzidos em políticas públicas.

Elementos como a legislação do trabalho vigente, que está sob ameaça, precisam ser preservados e cumpridos. Direitos sociais que defendem a vida são inegociáveis. É necessário resgatar a dignidade no trabalho e sua função social, impedindo a terceirização – ilícita, ilegal e antissocial – através das cooperativas fraudulentas, o assalariamento disfarçado em prestação de serviços regulares, com pessoalidade e subordinação ao contratante.

As perspectivas de solidariedade entre desempregados, terceirizados e todos aqueles que vivem do trabalho precisam ser resgatadas, reduzindo barreiras entre sujeitos coletivos que atuam em defesa dos direitos sociais, para afirmar uma razão social do trabalho. Estas perspectivas passam pela necessidade de se reduzir jornadas de trabalho, sem prejuízo do salário para começar a trilhar dois caminhos na reconstrução do tecido social: desnaturalizar o recurso antissocial à hora extra e/ou às jornadas de trabalho prolongadas que levam ao adoecimento, respeitando biorritmos; enfrentar o empobrecimento e o desemprego – forma extrema de precarização, de negação social do indivíduo, forte geradora de adoecimento mental.

A redução da jornada de trabalho pode favorecer a inclusão social, sendo, na verdade, um poderoso instrumento para a geração de emprego e para as políticas de saúde pública. Porém há outros problemas que precisam ser resolvidos, principalmente quando mencionados especificamente o trabalho dos professores, como mencionados em capítulos anteriores o perfil do professor vem se modificando com o passar do tempo, ou seja, este profissional passa a ser responsável por todo o contexto de aprendizagem tendo que superar condições insalubres de trabalho, uma jornada extensa, turmas lotadas, excesso de turmas, trabalho burocrático intenso e isso tem afetado diretamente a saúde do professor, isto porque este profissional precisa de orientações para conduzir com segurança o trabalho de sala de aula, isto poderia ser feito através

de cartilhas de orientação e oficinas cuja proposta era oferecer cuidados e orientações para promoção e manutenção da saúde.

Sabe-se que a definição de saúde é complexa, assim essas cartilhas poderiam ser um guia de orientação, principalmente para os professores de Minas Gerais, visto que o estado possui grande número de professores designados que são contratados para cobrir na maioria dos casos licença saúde. E como profissional saúde vejo que a orientação correta com relação a postura e ao uso da voz pode ser um diferencial e assim fazer com que diminua os casos de afastamentos e também que seja uma ação de prevenção e melhora para saúde do professor.

Os Fatores de Doenças são os fatores originadores ou precipitadores associados com a origem da doença, enquanto, o Padrão de Desarmonia é o complexo de mudanças patológicas internas e externas associado com os fatores de doenças que provocam o desequilíbrio na interação entre o corpo e o meio ambiente; e o corpo é a base para a vida física, emocional, mental e espiritual, e está baseado em uma estrutura organizacional, formada pelas Substâncias, Canais e Colaterais (Jing Lou), Órgãos e Vísceras (Zang Fu) e pelos Tecidos (ROSS, 1994). Na Medicina Tradicional Chinesa não existe separação entre mente, corpo e espírito. Não há classificação de doenças ou distúrbios exclusivamente psicológicos ou psiquiátricos (YAMAMURA, 2001).

Com minha experiência vejo que os sintomas psicológicos e fisiológicos da ansiedade e depressão causam um comprometimento na saúde mental e emocional do indivíduo, atingindo a qualidade de vida dos portadores dessas entidades, afetando suas relações familiares, sociais e ocupacionais. No entanto, muitos estudos sobre o mecanismo neuro-humoral da acupuntura demonstram efeitos benéficos nas funções do sistema neurovegetativo simpático e parassimpático, com a participação de vários tipos de neurotransmissores como a serotonina, dopamina, acetilcolina, noradrenalina entre outros, envolvidos no mecanismo de ação da acupuntura, diminuindo os sintomas da ansiedade, da depressão e consequentes dores físicas. A acupuntura reduz a atividade simpático adrenal associada ao estresse, evidenciado clinicamente como relaxamento, calma e diminuição subjetiva do estresse excessivo. A ansiedade e a depressão são transtornos crônicos e recorrentes que quando tratados somente com fármacos, pode levar a permanência de alguns sintomas que impedem o indivíduo de se relacionar, pois permanecem resíduos de disfunção psicossocial. A acupuntura associada ao tratamento medicamentoso, pode permitir a redução das doses desses fármacos, diminuindo os efeitos colaterais que muitas vezes causam dependência. Dentro dessa perspectiva é evidenciado na minha prática clínica, um efeito benéfico da acupuntura no tratamento dos sintomas da ansiedade e depressão, síndrome de Burnout, problemas osteomusculares, fazendo

que os pacientes tenham um equilíbrio interno e conseqüente externo através de pontos sistêmicos e em micro sistemas fazendo que restabeleça a saúde de forma preventiva e curativa.

Em um cenário em que se consolida o desprezo pela educação, um desprezo fomentado pelo poder público e ecoado na sociedade civil, se o adoecimento dos profissionais do ensino básico é hoje amplamente documentado e objeto de estudo por parte de diferentes áreas da ciência, é porque a multiplicação das ocorrências desse fenômeno já se configura como uma verdadeira epidemia cuja gravidade não é mais possível ignorar. Os educadores estão definhando a olhos vistos.

E assim reza-se ao trabalhador a ladainha para convencimento de que a solução para as suas agruras reside em seu próprio interior, de que não há condições perfeitas de trabalho, de que ele deve dar o máximo de si, e assim por diante. Situação essa que individualiza e convence muitos profissionais inclusive professores a uma auto exploração, pois perdem de vista a estrutura organizativa da relação entre o capital e o trabalho, não se organizam coletivamente, e percebem a ladainha apenas quando adoecem, envelhecem e morrem.

Por fim, há inúmeros fatores que constituem o produto de um clima organizacional de desconfiança, incerteza intimidação em que o controle configura como vigilância que não dá trégua. Os medos se multiplicam e criam um estado de tensão e alerta permanentes, no qual o trabalhador tem vivências de estar sempre sob ameaça, sujeito a ciladas, isolado, silenciado sem poder confiar em ninguém. Surgem ideias de autorreferência, insônia e distúrbios psicofisiológicos.

7 REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e desconstrução dos direitos sociais.

In: SILVA, M^a O da S e, YASBECK, C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

ASSIS, N, de. Revendo o meu Fazer sob uma Perspectiva Teórico-prática. In: GRINSPUN, M. P. S. Z. (Org.) A Prática dos Orientadores Educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

ARROYO, M. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago.2007.

Disponível em <http://mariaellytcc.pbworks.com/f/REVEJ@_0_MiguelArroyo.pdf>. Acesso em 11 de Jun de 2020.

ADRIÃO, T; CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). Gestão, financiamento e direito à educação. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 63-71.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 11 de Jun de 2020.

BRASIL. Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios. (2010). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em 10 de Jan de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde/Organização Pan-americana da Saúde. Escolas Promotoras de Saúde: experiências no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2007a. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/escolas_promotoras_saude_experiencias_brasil_p1.pdf. Acesso em 10 de Jan de 2020.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 10 de Jan de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Agenda Educação e Saúde / Programa Saúde na Escola. Brasília: Programa Saúde na Escola, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde – Relatório Final. 1986. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf. Acesso em 09 de Jan de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>. Acesso em 08 de Jan de 2020.

BRASIL. Política Nacional de Promoção da Saúde. 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>. Acesso em 08 de Jan de 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Talis: Perfil dos docentes do Brasil: relatório nacional. Brasília, 2014. Disponível em: Acesso em 11 de Set de 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2019: caderno de instruções. Brasília, 2019. Disponível em: <http://>

download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/matricula_inicial/2016/documentos/caderno_de_instrucoes_2019.pdf. Acesso em 25 de Set de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília, 2000. Acesso em 24 de Set de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Lei nº 9.394/96.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>. Acesso em 04 de Out de 2020.

BRAVO, R. S. Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BATISTA, J. B. V., Carlotto, M. S., Coutinho, A. S., & Augusto, L. G. da S. (2010). Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 502.

BARROS, M. E., Zorzal, D. C., Almeida, F. S., Iglesias, R. Z., & Abreu, V. G. V. (2007). Saúde e trabalho docente: a escola como produtora de novas formas de vida. *Trabalho, Educação e Saúde*, 5(1), 103-123. doi: 10.1590/S1981-77462007000100005.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. Zahar, Rio de Janeiro, 2ª ed. 1980.

CARLOTTO, M. S. (2012). Síndrome de Burnout em professores: avaliação, fatores associados e intervenção. Porto, Portugal: LivPsic.

CODO, W, GAZZOTI, AA. Trabalho e afetividade. In: Codo W. Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes; 1999. p. 48-59.

CAMPIGLIA, H. Psiquê e Medicina Tradicional Chinesa. São Paulo. Roca. 2004.

CARNOY, M. Mundialização e Reforma na Educação. Brasília, UNESCO, 2002.

CARLOTTO, M. S., & Câmara, S. G. (2008). Análise da produção científica sobre a Síndrome de Burnout no Brasil. *Psico-PUCRS*, 39(2), 152-158.

CUNHA, C. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

CHRISTOPHORO, R; WAIDMAN, Maria Angélica Pagliarini. Estresse e condições de trabalho: um estudo com docentes do curso de enfermagem da UEM, Estado do Paraná. *Acta Scientiarum*. v. 24, n. 3, p. 757-763, 2002. Disponível em: Acesso em 13 de Jun de 2020.

DELGADO, A. C., Fuentes, J. M. B., Quevedo, M. P. A., Salgado, A. R., Sánchez, A. C., Sanchez, T. S., Velasco, C. A., & Yela, J. R. B. (1993). Revisión teórica del burnout o desgaste profesional en trabajadores de la docencia. *Caesura*, 2, 47-65.

DEMO, P. Desafios Modernos da Educação. Petrópolis, Vozes, 1993.

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Nota técnica nº 141 de outubro de 2014: Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica. São Paulo, 2014a. Acesso em: 10 de Set de 2020.

FAGIANI, C. C. & BORGES, E. F. Educação e trabalho no contexto da sociedade contemporânea. *Argumentos Pró-Educação*, 2018.

FERNANDES, M.H; ROCHA, V. M; COSTA-OLIVEIRA, A. G. Fatores Associados à Prevalência de Sintomas Osteomusculares em Professores. *Rev. saúde pública*. 256. 11 (2): 256-267, 2009.

FERRÃO, M.E., COUTO, A. Indicador de valor acrescentado e tópicos sobre consistência e estabilidade: uma aplicação ao Brasil. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 21, n. 78, p. 131-164, 2013.

FERRÃO, M.E.; KLEIN, R. Editorial. *ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 78, n. 21, p. 7-9, 2013.

FONSECA, F; et al. A influência de fatores emocionais sobre a hipertensão arterial. *J Bras Psiquiatr*. 58(2): 128-134, 2009. Disponível em: Acesso em 30 de Mai de 2020.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: Gentili PAA, Silva TT, organizadores. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Editora Vozes; 1999. p. 31-92.

- FREITAS, L. G. (2013). Prazer e sofrimento no trabalho docente: Pesquisas brasileiras. Curitiba, PR: Juruá.
- FARBER, B. A. (1991). Crisis in education. Stress and burnout in the American teacher. San Francisco: Jossey-Bass Inc.
- FREIRE, P. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, P; SHOR, Ira. Medo e Ousadia. O cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. Política e educação: ensaios. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001a. (Org. e notas de Ana Maria Araújo Freire).
- FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 14ª ed. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2003.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GARCIA, R. C. Avaliação de Ações Governamentais: pontos para um começo de conversa. Brasília, IPEA/CENDEC, Out, 2014.
- GASPARINI, S. M. (2005). Transtornos mentais em professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- GOUVÊA, L. Educação para a saúde na legislação educacional no Brasil. Seminário Nacional – Estado e políticas Sociais no Brasil. Cascavel, 2001.
- GIL-MONTE, P. R. (2008). El síndrome de quemarse por el trabajo (burnout) como fenómeno transcultural. *Informació Psychological*, 91-92, 4-11.
- GUGLIELMO, R. S., & Tatrow, K. (1998). Occupational stress, burnout, and health in teachers: a methodological and theoretical analysis. *Review of Educational Research*, 68(1), 61-69.
- HALLQVIST, J.; et al. Is the effect of job strain on myocardial infarction risk due to interaction between high psychological demands and low decision latitude? Results from

- Stockholm Heart Epidemiology Program (SHEEP). *Social Science e Medicine*, v. 46, n. 11, p. 1405-1415, 1998.
- HERNANDÉZ SAMPIERI, R. *Metodologia de pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre. Penso. 2013.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARRISON, B. J. (1999). Are you to burn out? *Fund Raising Management*, 30 (3), 25-28.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. *Perfil dos professores do Brasil 2009*. Disponível em www.perfildosprofessores.com . Acesso em 8 Jul de 2020.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. *Censo Escolar 2020*. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em 13 de Out de 2020.
- IVANI, C. A. *Fazenda. Metodologia da pesquisa educacional*. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2000. Coletânea de textos de vários autores.
- JENNINGS, P. A., & Greenberg, M. T. (2009). The prosocial classroom: Teacher social and emotional competence in relation to student and classroom outcomes. *Review of Educational Research*, 79 (1), 491-525.
- KERGOAT, D. Da divisão do trabalho entre os sexos. *Tempo Social Rev Soc USP* 1989; 1(2): 73-103.
- KELCHTERMANS, G. (1999). Teaching career: between burnout and fading away? Reflections from a narrative and biographical perspective. In R. Vanderbergue & M. A Huberma (Eds.), *Understanding and preventing teacher burnout: a source book of international practice and research* (pp. 176-191). Cambridge: Cambridge University Press.
- LEITE, M de P., & Souza, A. N. de (2007). *Condições do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil - Estado da Arte*. São Paulo: Fundacentro / Unicamp.
- LIMA, K.R.; MARTINS, André S. *A nova pedagogia da hegemonia: pressupostos, princípios e estratégias*. In: NEVES, Lucia M. W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

- LUDERMIR, A. B., & Melo Filho, D. A. (2002). Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns. *Revista de Saúde Pública*, 36(2), 213-221. doi: 10.1590/S0034-89102002000200014.
- LEÓN, G. L. (2011). Los profesionales de secundaria, como factores de riesgo en el síndrome de Burnout. *Revista Electrónica Educare*, 15(1), 177-191.
- LIBÂNEO, J. C. Adeus Professor. Adeus Professora? novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez. 2012.
- MOROSINI, M. C, 2009. “Qualidade na educação superior: tendências do século”. In: *Revista Estudos em avaliação educacional*. São Paulo: FCC, v. 20, no, 43, Maio/Agosto de 2009, pp. 165-186.
- MARX, K. (2005). O capital: Extratos por Paul Lafargue (A. Bastos, Trad., 2a ed). São Paulo, SP: Conrad Editora do Brasil.
- MINAS GERAIS. Indicadores DIREI. [online] (2018). Fundação João Pinheiro: Fjpdados.fjp.mg. gov.br. Disponível em: Acesso em 15 Mai de 2020.
- MASLACH, C., Schaufeli, W. B., & Leiter, M. P. (2001). Job burnout. *Annual Review Psychology*, 52, 397 - 422.
- MELLO, G. N. de. Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 1994.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (1993). Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE. Lei nº 13.005/2014.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE. Lei nº 10.172/2001.
- PERLMAN, B., & Hartman A. E. (1982). Burnout: Sumary and future research. *Human Relations*, 35(4), 283-305.

- PINES, A., & Aronson, E. (1988). *Career burnout. Causes and cures*. New York: The Free Press.
- ROEDER, MA. *Atividade física, saúde mental & qualidade de vida*. Rio de Janeiro: Shape; 2003.
- ROSS, J. *Zang Fu: Sistemas de Órgãos e Vísceras da Medicina Tradicional Chinesa*. 2. ed. São Paulo: Roca, 1994.
- RENWICK, R. & BROWN, I. The Center for health promotion's conceptual approach to quality of life. In: Renwick R, Brown I, Nagler M. *Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications*. California: Sage Publications; 1996.
- REIS, E. J. F. B., Araújo, T. M., Carvalho, F. M., Barbalho, L., & Silva, M. O. (2006). Docência e exaustão emocional. *Educação e Sociedade*, 27(94), 229- 253. doi: 10.1590/S0101-73302006000100011.
- SAVIANI, D. (2007). Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, 12.
- SELIGMANN-SILVA, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: O direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo, SP: Cortez.
- SOUZA, K. R. et al. Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) na luta pela saúde no trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 8, n. 4, p. 1057-1068, 2003.
- SALANOVA, M., Martínez, I. M., & Lorente, L. (2005). ¿Cómo se relacionan los obstáculos y facilitadores organizacionales con el burnout docente? Un estudio longitudinal. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, 21(1-2), 37-54.
- SAVIANI, D; DUARTE, N. *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012. 184pp. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.
- SAVIANI, D. *A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- SANTOS, E. O. *A formação continuada na rede municipal de ensino do Recife: concepções e práticas de uma política em construção*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – PPGE/UFPE, Recife, 2010.

TEDESCO, J. C. Sociologia da Educação. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 1995.

VALADÃO, M. M. Saúde na Escola: um campo em busca de espaço na agenda intersetorial. Tese (Doutorado) apresentada à Universidade de São Paulo – Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, 2004.

YAMAMURA, Y. Acupuntura Tradicional: A Arte de Inserir. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001.

www.otempo.com.br (25 de Mar de 2019) Por Aline Diniz.

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/10/04/interna_gerais,1090157/agressoes-a-professores-expoem-quadro-de-violencia-na-escola.shtml, acesso em 04 de Agos de 2020.

<https://www.capes.gov.br/36-noticias/8331-diretora-da-capes-esclarece-duvidas-sobre-o-qualis-em-artigo>, acesso 19 de Mar de 2020.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782007000100012&lng=en&nrm=iso, acesso em 18 de Jun de 2019.

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>>. Acesso em 15 Mai de 2020.

8 ANEXO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
Programa de Pós-graduação em Educação Básica – Mestrado Profissional

Ofício 755/2019/PROPEPE/PPGEB

Uberlândia, 12 de agosto de 2019.

Ilma. Sra.
xxxxxxx
Escola xxxxxxx
Araguari – MG

Ref.: Realização de Pesquisa

Solicito a V. Sa. Autorização para que o mestrando THIAGO SILVEIRA DE RESENDE, R.A. 6109167, CPF: 047.873.576-62 aluno regularmente matriculado no Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica – Mestrado Profissional, desta Instituição, realize sua pesquisa intitulada: *“A CONDIÇÃO DA SAÚDE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI-MG (2009-2019): LIMITES E POSSIBILIDADES”*. A pesquisa é bibliográfica e documental e tem como objeto de pesquisa os servidores Docentes da Educação Básica das escolas estaduais de Araguari-MG. E como objetivo investigar a relação de quantidade de servidores que pediram licença por motivo de saúde por mais de 15 dias, afastamento continuado e que se aposentaram por invalidez e quais foram as doenças que causaram afastamento no período de 2009 a 2019.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em
Educação Básica – Mestrado Profissional